

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ADRIELLE GONÇALVES SANTOS
ANDRÉ LUÍS DUARTE**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO DA
POPULAÇÃO RURAL DE TEIXEIRAS, MG**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
DEZEMBRO - 2023**

ADRIELLE GONÇALVES SANTOS
ANDRÉ LUÍS DUARTE

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO DA
POPULAÇÃO RURAL DE TEIXEIRAS, MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do curso de Graduação em Serviço Social, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Dr^a. Cristiane Natalício de Souza

VIÇOSA - MINAS GERAIS
DEZEMBRO - 2023

ADRIELLE GONÇALVES SANTOS
ANDRÉ LUÍS DUARTE

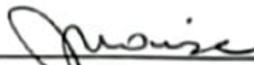
**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO DA
POPULAÇÃO RURAL DE TEIXEIRAS, MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do curso de Graduação em Serviço Social, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADA: 11 de dezembro de 2023.



Dr.ª Cristiane Natalício de Souza
(Orientadora)
(UFV)



Dr.ª Júlia Marise Matos de Sousa
(Membro)
(UFV)



Dr.ª Mariana Costa Carvalho
(Membro)
(UFV)

As nossas mães e a todas as pessoas que contribuíram
para que esta pesquisa se tornasse realidade,
Dedicamos.

AGRADECIMENTOS

Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe [...] da minha vó [...]
De todos que vieram antes de mim
(BK')

De São Paulo a Viçosa, afirmo que não é nada fácil abrir mão do conhecido para vivenciar a realidade de outra cidade. Mudar de casa, de vida; enfim, nada foi tão desafiador aos 17 anos. Faço parte do grupo de pessoas periféricas que, muitas vezes, não possuem oportunidade de ingressar na universidade, por isso, sou grata a cada momento em que não deixei de acreditar. Sou a primeira da minha família a cursar o ensino superior e espero não ser a única.

Ao longo desses 5 anos de graduação, tenho muito a agradecer. Primeiramente, expresso minha gratidão à UFV e ao tão almejado Departamento de Serviço Social (DSE) pela oportunidade de conhecer tantas pessoas incríveis. Agradeço às professoras que tanto nos incentivaram ao longo desses anos, especialmente à professora Cristiane Natalício de Souza, com seu jeito de ser e sua didática que me cativaram no primeiro período de graduação, lá em 2019. Fico feliz ao ver este ciclo encerrar sob a orientação desta mulher incrível. Também agradeço aos membros da banca, Júnia Marise Matos de Sousa e Mariana Costa Carvalho, por aceitarem o convite para participar deste momento.

Sou grata pelas amizades que pude construir em Viçosa. Agradeço a Carolina Wendt de Lima e a Lauany Martins G. dos Santos por sempre estarem por perto, me fazendo rir, aprender e espalhar. Agradeço a Vitória Maria Gomes Machado por ser minha dupla ao longo desses anos e por sempre estar presente, me incentivando, ensinando e me inspirando. Elas três foram luz em todos os momentos; ao nosso quarteto, sou grata e feliz com cada conquista.

Também agradeço às pessoas que conheci ao decorrer do estágio, Raquel Maria de Oliveira e a Dayanne Vieira de Campos Duarte, pessoas com quem pude contar e compartilhar bons momentos mesmo quando o ambiente não nos era favorável.

Com muito carinho, quero agradecer especialmente ao André Luís Duarte por ser uma excelente dupla academicamente e ainda mais excepcional como meu companheiro de vida. Sou grata a ele por ter compartilhado esse desafio comigo e mais grata ainda por ter feito tudo se tornado leve. Não existiria outra pessoa melhor; eu o amo imensamente.

Agradeço à minha família, sobretudo à minha irmã mais nova, Marina Gonçalves, por ser meu motivo para ser melhor todos os dias. E, o mais importante de todos os agradecimentos, à minha mãe, Rose Gonçalves, por se doar, ser amiga, apoio e alicerce todos os dias da minha vida. Ela é parte de tudo que sou e conquisto; sem ela, nada seria possível. A ela, toda minha gratidão, admiração e amor incondicional.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma fizeram deste momento possível. Agradeço a cada um que aceitou participar desta pesquisa e deste momento, a todos sou extremamente grata.

Com carinho,
Adrielle Gonçalves Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço, Senhor meu Deus, por mais essa conquista. Obrigado por sempre estar comigo, proporcionando saúde, força e sabedoria ao longo desta jornada. Sinto-me verdadeiramente grato por tudo.

Vindo de uma origem humilde, de uma realidade onde a universidade e o ensino superior eram considerados um território distante, reservado apenas para “ricos”. No entanto, por meio de inúmeras lutas e embates políticos, tenho testemunhado a mudança gradual desse cenário, permitindo que jovens negros e periféricos, como eu, ocupem espaços que por muito tempo nos foram negados.

Tornar-me o primeiro membro da minha família a ingressar e concluir o ensino superior foi mais do que uma conquista individual; foi uma vitória coletiva, um passo significativo na desconstrução de barreiras, e na abertura de novas possibilidades.

Esta fase da minha vida foi desafiadora, mas ao mesmo tempo, extraordinariamente enriquecedora e gratificante. Além do conhecimento acadêmico adquirido, foi um período de aprendizado constante, permeado por experiências compartilhadas com professores incríveis, colegas e amigos que cruzaram meu caminho neste ciclo. Juntos, enfrentamos desafios, celebramos conquistas e rimos bastante.

Assim, neste momento, gostaria de fazer alguns agradecimentos em especial, agradeço a Cristiane Natalício de Souza, pela orientação valiosa, paciência e incentivo ao longo deste processo. E também a Banca avaliadora, as professoras Júnia Marise Matos de Sousa e a Mariana Costa Carvalho por terem aceitado compartilhar com a gente esse momento especial.

Sou profundamente grato por Deus ter cruzado meu caminho com o de Adrielle Gonçalves Santos. Sem ela, esse lindo trabalho não seria possível. Ela não apenas foi o maior presente que a UFV me proporcionou, mas também foi meu porto seguro nos momentos mais difíceis, uma verdadeira parceira de todas as horas. Levo ela em meu coração, eu a amo muito!

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou em todas as fases desta jornada acadêmica, me sinto privilegiado por ter eles em minha vida e com certeza essa conquista também é deles. Em especial, à minha mãe, guerreira, expresse profunda gratidão. Seu amor, encorajamento e compreensão foram fundamentais para superar desafios e alcançar este objetivo. Com toda certeza, ela é minha maior inspiração, orgulho e motivação para continuar buscando ser sempre melhor.

Por fim, mas não menos importante, expresse minha gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para esta jornada singular. À UFV, ao Departamento de Serviço Social (DSE), ao CRAS de Teixeira - MG e aos profissionais e usuários que participaram da pesquisa, meu sincero agradecimento. Cada contribuição, por menor que seja, desempenhou um papel crucial na construção do conhecimento apresentado neste trabalho. A todos vocês, meu muito obrigado.

Atenciosamente,
André Luís Duarte

E o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras
E que por vós foi diminuído, clama!
(Cesar MC)

RESUMO

O reconhecimento da assistência social como um direito de todos os cidadãos e dever do Estado, somente se efetivou em 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal brasileira. Desde então, a assistência social enquanto política pública não contributiva, assume posição estratégica na promoção da proteção social e, no contexto específico da ruralidade brasileira, desempenha papel ainda mais importante, haja vista que, historicamente, a população rural esteve à margem dos direitos sociais. Outrossim, é importante destacar que, apesar dos avanços legislativos que regulamentam e materializam a assistência social, tem-se observado que essa política ainda não tem contemplado grande parcela da população rural brasileira, deixando-os em situação de desproteção social. Com base nisso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como vem se constituindo o acesso à política de assistência social pela população considerada rural do município de Teixeira, MG. Para atender ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa empírica de natureza aplicada, com objetivos exploratório-descritivos, e abordagem qualitativa, a partir do método materialista histórico-dialético. Os dados foram coletados a partir de entrevistas com os usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que residem na zona rural de Teixeira e com os profissionais que operacionalizam a política de assistência social neste município. Os resultados indicaram que o acesso à política de assistência social pela população rural no município de Teixeira, MG, pode ser dificultado devido às dificuldades de locomoção, distância, questões ligadas a saúde e, principalmente, desinformação sobre a referida política, bem como a desorganização e precarização dos serviços para atender esta população. Portanto, mostra-se necessário maior visibilidade às questões rurais no que diz respeito ao acesso à política de assistência social, buscando soluções e alternativas que considerem as necessidades e particularidades da população rural pobre e vulnerável.

Palavras-chave: Assistência Social; População Rural; Questão Agrária.

ABSTRACT

The recognition of social assistance as a right of all citizens and a duty of the State only became effective in 1988 with the promulgation of the current Brazilian Federal Constitution. Since then, social assistance, as a non-contributory public policy, assumes a strategic position in the promotion of social protection and, in the specific context of Brazilian rurality, plays an even more important role, given that, historically, the rural population has been on the margins of social rights. Furthermore, it is important to highlight that, despite the legislative advances that regulate and materialize social assistance, it has been observed that this policy has not yet contemplated a large portion of the Brazilian rural population, leaving them in a situation of social unprotection. Based on this, this research aims to analyze how access to social assistance policy has been created by the rural population of the municipality of Teixeiras, MG. To meet the proposed objective, an empirical research of an applied nature was carried out, with exploratory-descriptive objectives, and a qualitative approach, based on the historical-dialectical materialist method. Data were collected from interviews with users of the “Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)” who live in the rural area of Teixeiras and with professionals who operate the social assistance policy in this municipality. The results indicated that access to the social assistance policy by the rural population in the municipality of Teixeiras, MG, may be hindered due to difficulties in locomotion, distance, health-related issues and, mainly, misinformation about this policy, as well as the disorganization and precariousness of services to serve this population. Therefore, there is a need for greater visibility of rural issues with regard to access to social assistance policy, seeking solutions and alternatives that consider the needs and particularities of the poor and vulnerable rural population.

Keywords: Social Assistance; Rural population; Agrarian Question.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de famílias atendidas pelo PAIF por Área Rural.....	52
Figura 1 - Proporção do Centro urbano em relação às Áreas Rurais do Município de Teixeira – MG.....	47
Figura 2 - Relação de Atendimento do PAIF por Área Rural.....	53
Figura 3 - Áreas Rurais em Relação a Localidade de Residência dos Usuários.....	61
Tabela 1 - Perfil social e educacional dos entrevistados.....	55
Tabela 2 - Composição familiar e situação econômica dos entrevistados.....	58
Tabela 3 - Características residenciais e de deslocamento dos entrevistados.....	60

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico – Cadastro Único
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GESUAS - Gerenciamento do Sistema Único de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRÓ-RURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
Método de análise de dados	15
Local de estudo e sujeitos da pesquisa.....	16
Procedimento para coleta de dados e aspectos éticos	16
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL BRASILEIRA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO E A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS.....	19
1.1 Questão agrária, concentração fundiária e acesso restrito à terra.....	19
1.2 Modernização conservadora e as condições do trabalho da população que vive no meio rural.....	25
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS SOCIAIS: A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO?.....	34
2.1 Ausência do meio rural nas Políticas Sociais brasileiras	34
2.2 Localizando a população rural na Política de Assistência Social.....	40
CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE TEIXEIRAS.....	45
3.1 Características territoriais e a Política de Assistência Social no município de Teixeira-MG.....	45
3.2 Descrição do perfil socioeconômico das famílias residentes da zona rural atendidas pelo CRAS de Teixeira-MG e a percepção dos usuários sobre o acesso às políticas de assistência Social	54
3.3 Alcance da política de assistência social para a população rural sob a perspectiva dos profissionais que a operacionalizam	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES	92
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	92
Apêndice B - Roteiro semiestruturado para entrevista com os usuários do CRAS residentes no meio rural de Teixeira-MG.....	94
Apêndice C - Roteiro Semiestruturado para Entrevista com os Profissionais da Política de Assistência Social de Teixeira-MG:	96

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da assistência social como um direito de todos os cidadãos e dever do Estado, somente se efetivou em 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal brasileira. Desde então, a política de assistência social é operacionalizada através de um conjunto de ações estatais destinadas ao atendimento das necessidades básicas da população. A referida política, é orientada por princípios como a garantia da dignidade humana e a promoção da justiça social, assim como, da igualdade de direitos, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação (Brasil, 1993). Nessa perspectiva, a assistência social enquanto política pública não contributiva, assume posição estratégica na promoção da proteção social e, no contexto específico da ruralidade brasileira, desempenha papel ainda mais importante, pois, como evidenciado por Cariaga, Burginski e Bezerra (2020), a população rural esteve, historicamente, à margem dos direitos sociais

Com a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história brasileira, a população rural foi reconhecida em princípio de equidade, no que diz respeito à equivalência e uniformidade dos serviços e benefícios assistenciais ofertados para essas populações. Ato reforçado posteriormente, com o firmamento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que prevê entre seus princípios a igualdade de direito ao acessar a política de assistência social, sem qualquer discriminação (Brasil, 1988, art. 194); (LOAS, 2013, art. 4).

Mas, conforme Nunes e Scherer (2020), apesar dos importantes avanços na legislação que regulamenta e materializa a assistência social, essa política ainda não tem contemplado grande parcela da população rural brasileira, deixando os trabalhadores rurais em situação de desproteção social. Segundo dados coletados pelas referidas autoras, com base no Censo Demográfico de 2010 e no Ministério do Desenvolvimento Social (2016), uma em cada quatro famílias, residentes do meio rural, encontravam-se em situação de extrema pobreza. Esses dados informam, ainda, que enquanto a situação de extrema pobreza da população no meio urbano é de 5%, no meio rural esse índice chega aos 25%. Assim, apesar dos esforços para melhorar a proteção social para a população, as condições precárias enfrentadas pelos moradores rurais são mais agravantes. Nesse cenário, mostra-se fundamental conhecer a realidade vivenciada pelas famílias que residem no meio rural.

Dessa forma, o presente estudo objetiva analisar como vem se constituindo o acesso à política de assistência social pela população considerada rural do município de Teixeiras-MG. Em um país onde estudos sobre problemas sociais muitas vezes se concentram nas áreas

urbanas, há uma lacuna teórica notável em relação às desigualdades vivenciadas pelas famílias rurais, contribuindo para sua invisibilidade e desamparo em direitos básicos (Veras et al., 2018).

Além disso, em uma perspectiva social, estudos que perpassam a temática da questão agrária e sua relação com as políticas sociais, sobretudo a política de assistência social, bem como, suas implicações no capitalismo periférico e dependente brasileiro, pode contribuir com a produção de conhecimento científico na área do Serviço Social, uma vez que os debates que relacionam o rural e as multifacetadas expressões da “questão social” se mostram ainda incipientes. Afinal, há o entendimento acerca da questão agrária como um dos elementos fundantes da “questão social”, objeto de intervenção dos assistentes sociais. Ainda, em contexto de capitalismo neoliberal, a pesquisa pode contribuir positivamente para melhorar o atendimento profissional, de maneira especializada e qualificada junto às famílias rurais em situação de violação de direitos, enquanto demandantes da política de assistência social (Duarte, 2015).

Outro fator relevante que motiva a realização da presente pesquisa se refere às experiências vivenciadas pelos autores deste trabalho, que tiveram a oportunidade de estagiar em aparelhos de operacionalização da política de assistência social, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Teixeiras-MG e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Viçosa-MG. Nesses dois aparelhos foram identificadas as mesmas problemáticas: a baixa incidência de usuários residentes no meio rural destes municípios nos respectivos aparelhos socioassistenciais, bem como a falta de conhecimento das equipes técnicas sobre a realidade social das zonas rurais.

Por fim, optou-se por investigar a realidade de Teixeiras, pois trata-se de um município predominantemente rural, onde o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha um papel central na materialização da política de assistência social. Contudo, observa-se que o CRAS acaba estando condicionado ao atendimento das demandas do setor urbano. Isso suscitou uma inquietação fundamental: Qual o alcance da política de assistência social para as famílias que residem na zona rural de Teixeiras, MG?

Buscando responder a problemática, objetivou-se especificamente, compreender as características territoriais de Teixeiras-MG, bem como a organização da política de assistência social no município. Posteriormente, caracterizar o perfil socioeconômico das famílias residentes da zona rural de Teixeiras-MG que já foram atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como a percepção desse segmento populacional sobre seu acesso e conhecimento à política de assistência social. Por fim, analisar como os profissionais da política municipal de assistência social entendem o alcance e o acesso à política de

assistência social para a população rural de Teixeira-MG. A referida pesquisa empírica, de natureza aplicada e abordagem qualitativa com objetivos exploratório-descritivos é orientada pelo método de análise materialista histórico-dialético.

Pesquisas que explicam a conjuntura desigual, entre campo e cidade, são necessárias para viabilizar propostas de mudanças no acesso ao direito de proteção social, dentro da assistência social que deve atender quem dela necessitar. Esta pesquisa tem grande relevância na medida em que contribui para descortinar a realidade rural brasileira e dar visibilidade às desigualdades sociais que se expressam, historicamente, no cotidiano das famílias que residem nesse espaço. Contexto social que, por muitas vezes, é esquecido pelo poder público e pelos gestores das políticas públicas (Kraemer, 2006); (Nunes; Scherer, 2020); (Lusa, 2019).

As problemáticas aqui apresentadas, reforça a necessidade de realizar estudos propositivos que visam discutir não somente a questão da invisibilidade do rural no rol das políticas públicas e da política de assistência social, mas também, que visam dar respostas e construir alternativas possíveis que incluam as necessidades e particularidades da população rural pobre e vulnerável (Kraemer, 2006). Assim, espera-se tornar visível a realidade enfrentada pelas famílias que vivem nas áreas rurais de Teixeira, MG, além de fornecer informações para aprimorar a política de assistência social em execução no município.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta parte do trabalho serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na condução desta pesquisa, abordando o método, o tipo de pesquisa, o local do estudo, os sujeitos envolvidos, os instrumentos para a análise de dados e seus aspectos éticos.

Método de análise de dados

Para atender ao objetivo proposto foi realizada uma pesquisa empírica de natureza aplicada, com objetivos exploratório-descritivos, e abordagem qualitativa, tendo em vista que, esse estudo não se preocupou em representatividade numérica, mas sim em compreender o acesso à política de assistência social pela população rural de Teixeira, MG. Segundo Minayo (2001, p. 21-22), a pesquisa qualitativa visa responder questões particulares:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda conforme Minayo (2012, p. 2), a matéria prima da pesquisa qualitativa é “composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação”, sendo seu movimento de abordagem e análise baseado em compreender, interpretar e dialetizar os fenômenos.

Para compreensão da temática, as análises da presente pesquisa foram fundamentadas no método materialista histórico-dialético. Esse método de pesquisa é o que propicia o conhecimento teórico, na medida em que parte da aparência para alcançar a essência do objeto, capturando a estrutura e a dinâmica, por meio de procedimentos analíticos. O objeto de pesquisa constitutivo das relações sociais capitalistas tem existência objetiva, justamente por sua essência ser diferente de sua aparência, cuja dinâmica dessa sociedade resulta em um movimento dinamizado por contradições (Netto, 2011).

Além disso, essas determinações são, segundo Netto (2009), baseadas na universalidade, singularidade e particularidade, seguindo três categorias centrais: a totalidade concreta da sociedade burguesa; a contradição das totalidades, que compõem a sociabilidade burguesa e determina os movimentos na história; e a mediação que articula as totalidades. Dessa forma, “a natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade” (Netto, 2009, p. 17), sendo a dinâmica do

modo de produção capitalista a gênese das expressões de desigualdades que compõem a “questão social”, como por exemplo, a questão agrária e a pobreza no meio rural brasileiro.

Local de estudo e sujeitos da pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Teixeiras, MG, tendo enquanto unidade empírica de análise, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que se destaca como o principal aparelho de operacionalização da política de assistência social no município. A cidade de Teixeiras conta, ainda, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, recentemente desvinculada do CRAS em julho de 2023.

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre o objeto de estudo, esta pesquisa direcionou seu foco para os usuários atendidos pelo CRAS, que residem na zona rural do município. Adicionalmente, a investigação abarcou os profissionais envolvidos nessa política, uma vez que, conforme destacado por Nunes e Scherer (2020, p. 8), “torna-se necessário apreender a condição de classe trabalhadora, tanto da população rural que acessa o SUAS como dos trabalhadores que operacionalizam essa política social”.

Procedimento para coleta de dados e aspectos éticos

Para conduzir esta pesquisa, foram adotadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa empírica, resultando assim em três etapas distintas de investigação. A primeira etapa envolve a revisão bibliográfica que, segundo Sousa; Oliveira; Alves (2021), é fundamental na construção de uma pesquisa científica, pois permite conhecer melhor o objeto de estudo a partir do levantamento de obras já publicadas sobre a temática. Dessa forma, a pesquisa foi fundamentada em artigos científicos, livros e dissertações retiradas de portais acadêmicos, como SciELO, Google Acadêmico, Capes, Google Scholar, entre outros, buscando identificar as produções científicas referentes à política de assistência social e ao meio rural. Nessa etapa, não foi feita nenhuma filtração referente ao ano das publicações dos referenciais, sendo aproveitadas todas que atenderam ao recorte temático proposto.

Nesse contexto, uma parte da revisão bibliográfica foi dedicada a analisar o processo sócio histórico do acesso à terra e a formação da população rural brasileira. O capítulo “Desenvolvimento da população rural brasileira: entre a precarização e a luta pela garantia de direitos” analisou as condições em que essa população se estabeleceu, explorando desde a questão agrária, concentração fundiária e restrições ao acesso à terra até a inserção no modo de

produção capitalista de maneira dependente. Também aborda a instauração da modernização conservadora no país e as condições de trabalho da população rural.

No outro momento da revisão teórica, o capítulo “Políticas Sociais: a materialização da política de assistência social no campo brasileiro” buscou entender como as políticas sociais foram implementadas no Brasil e discutir a ausência dessas políticas no meio rural, o que resulta na invisibilidade das demandas sociais rurais e na desproteção da população residente deste espaço. Essa discussão forneceu uma base para compreender a trajetória da política de assistência social no país, identificando e analisando aspectos limitadores que permeiam as contradições entre o direito da população rural e a efetivação desta política social.

Na segunda etapa da pesquisa, realizou-se uma análise documental com base em legislações municipais disponíveis no site oficial da Prefeitura de Teixeiras e em documentos fornecidos pela Secretaria de Assistência Social do município. Esses documentos delimitaram tanto a criação da política de assistência social no âmbito municipal quanto a implementação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), proporcionando assim uma análise aprofundada do desenvolvimento dessa política específica no município. Além disso, também, foram analisados os documentos referentes aos registros das famílias atendidas pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), no período de 20/09/2023 a 25/09/2023, com o intuito de conhecer as regiões mais atendidas por esse serviço, a partir dessa amostra do público atendido pelo CRAS do município.

Na fase de pesquisa empírica, foram conduzidas entrevistas com um total de onze (11) participantes, selecionados de maneira não probabilística. Dentro desse grupo, seis (6) informantes são usuários da política de assistência social, residentes no meio rural, e maiores de 18 anos. Além disso, cinco (5) participantes são profissionais efetivos ou contratados que desempenham funções diretamente ligadas à operacionalização da política municipal de assistência social em Teixeiras, MG. Estes profissionais possuem uma experiência mínima de um ano e trabalham nos principais serviços de assistência social oferecidos no município.

Dentre os cinco profissionais entrevistados, dois estão atualmente vinculados ao CRAS, sendo eles, a assistente social responsável PAIF e o educador físico que atua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os outros três profissionais foram realocados para a recém-criada Secretaria Municipal de Assistência Social. Este grupo inclui a secretária municipal de assistência social, a psicóloga que desempenha função na Proteção

Social Especial (PSE) e a assistente social responsável pela operacionalização do Programa Criança Feliz.¹

Foram realizadas, no período de 25/09/23 a 19/10/23, entrevistas orientadas por roteiros semiestruturados (perguntas abertas), previamente elaborados. Sendo um roteiro para os usuários residentes da zona rural do município (Apêndice B) e um roteiro para os profissionais que atuam na assistência social do município como especificado acima, (Apêndice C). O propósito das entrevistas foi explorar aspectos específicos relacionados ao funcionamento da política de assistência social, bem como compreender as características socioeconômicas dos usuários residentes na zona rural do município. Além disso, buscou-se obter respostas que possibilitasse uma compreensão mais aprofundada de como essa população tem acesso às políticas, programas e serviços oferecidos pelo CRAS local.

Quanto às questões éticas da pesquisa, este estudo passou pela análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), vinculado à Plataforma Brasil, obtendo aprovação em outubro de 2023. Com o intuito de garantir os aspectos éticos, as entrevistas foram realizadas no CRAS mediante prévia autorização dos informantes, via Termo de Anuência. Além disso, todos os participantes do estudo formalizaram sua participação por meio da assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), expressando assim a concordância em participar da pesquisa. Adicionalmente, para resguardar o sigilo dos envolvidos, os nomes dos participantes foram preservados para assegurar sua não identificação.

Além disso, ao longo da pesquisa, foram fornecidos esclarecimentos detalhados aos participantes sobre sua participação no estudo. Durante as entrevistas com os usuários e os profissionais, foi solicitada permissão para a utilização de um gravador de áudio. No que diz respeito aos dados coletados, estes serão mantidos sob a responsabilidade dos pesquisadores e do pesquisador responsável pelo período de cinco anos após a conclusão da pesquisa.

¹O Programa Criança Feliz é voltado para gestantes, crianças de até 6 anos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social. Ele atende aquelas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e crianças afastadas do convívio familiar devido a medidas de proteção, proporcionando apoio e orientação para promover o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL BRASILEIRA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO E A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS

Neste capítulo, propõe-se desvelar a trajetória da população rural ao longo do processo sócio histórico, desde a formação fundiária do Brasil, mediante a desigual divisão e mercantilização da terra, até a inserção do país no sistema capitalista. Em seguida, aborda-se a questão agrária e o modelo de desenvolvimento implementado no país, caracterizado pela modernização conservadora. Por fim, busca-se contextualizar o processo de redemocratização e a conquista dos direitos fundamentais para a população, especialmente no meio rural, permitindo assim compreender as transformações sociais, econômicas e políticas que moldaram a realidade rural brasileira.

1.1 Questão agrária, concentração fundiária e acesso restrito à terra

Para compreender os debates acerca da trajetória histórica da população rural brasileira é necessário entender conjuntamente o processo de desenvolvimento do espaço agrário no país, marcado por conflitos, concentração fundiária e privatização da terra. Dito isso, entende-se por questão agrária uma expressão de amplo sentido que segundo Stedile (2011) muda suas perspectivas a partir da área na qual a mesma é estudada. Na proposta de Stedile (2011), incorporada nesta pesquisa, a questão agrária compreende a perspectiva política e histórica, ou seja, a questão agrária enquanto organização da posse, propriedade, uso e utilização das terras na sociedade brasileira e historicamente enquanto uma evolução acerca das lutas políticas e de classes que envolve o domínio e o controle da terra (Stedile, 2011).

Outrossim, Almeida (2019, p. 13) caracteriza a questão agrária como:

um problema que remete à relação do homem com a terra, da sociedade com a natureza, e ao apoderamento dessa relação pelo capital, que passa a explorar ambos em razão do lucro e mediante a divisão de classes; e considerando a “questão social” como um rico conjunto de manifestações sociopolíticas por parte dos trabalhadores que impõem à sociedade e ao Estado parte de suas demandas, fazendo com que o capital se reorganize no sentido de dar respostas a elas muito além da repressão, impactando a repartição do valor e mediando o conflito de classes na sociedade; [...]

A questão agrária brasileira foi originada no período colonial, com a distribuição de grandes parcelas de extensão territorial, na forma de sesmarias e capitanias hereditárias (Kraemer, 2006). Essa distribuição de grandes extensões de terras originou a organização social e agrária que se consolidou por meio de três fundamentos, sendo eles, o latifúndio por extensão, a monocultura de agroexportação (*plantation*) e o trabalho escravizado. Segundo Almeida

(2019) e Carvalho (2010), o sistema sesmarial privilegiava, econômica e politicamente, pessoas próximas da Coroa Portuguesa, excluindo o trabalhador rural do acesso à terra que ficou à mercê da servidão. Dessa forma, o modelo que dividiu o Brasil em 14 capitanias hereditárias dá origem ao problema agrário contemporâneo brasileiro que é reflexo da latifundiarização do Brasil enquanto colônia, cujo “modelo acabou por originar um país nascido e estruturado sobre o signo do latifúndio por extensão, sendo conhecido mundialmente como um dos campeões de injustiça de distribuição de riquezas entre seus cidadãos” (Carvalho, 2010, p. 40).

Nesse primeiro período colonial, Stedile (2011) alega que, em teoria, não havia propriedade privada das terras, pois as mesmas ainda não eram mercadorias, assim, eram apenas propriedades exclusivas da monarquia, necessária para que o Brasil se inserisse no circuito de acumulação do capitalismo mundial enquanto fornecedor de bens primários para países europeus. Ou seja, um país de modelo agroexportador (*plantation*) com a força de trabalho escravizada, em que “todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação capital” (Stedile, 2011, p. 20).

Dessa forma, é possível dizer que, desde a invasão portuguesa, as terras brasileiras, mesmo que não fossem propriedade privada, passaram por esse processo de mercantilização. Logo, durante o período colonial, portugueses invasores nas terras brasileiras organizaram o espaço agrário objetivando sua exploração para o acúmulo de capital mercantil. Assim, a concentração de terras resultou na formação de uma aristocracia rural possuidora de direitos legais sobre a posse, o uso e a exploração da terra, enquanto a maioria dos pobres foram excluídos de seu acesso. Como supracitado, inicialmente a terra era vista apenas como um instrumento de acumulação e não possuía valor de mercado. Mas, ao longo do tempo, a terra passou, gradualmente, a ser tratada como uma mercadoria, em consequência das demandas do sistema capitalista, que já surgia na Europa (Duarte, 2015).

Mediante a isso, para compreender a terra enquanto propriedade privada é necessário ressaltar três pontos principais: primeiro, a crise no regime escravista; segundo a grande quantidade de terras devolutas; e terceiro, o racismo enquanto fator importante para a sociabilidade do sistema capitalista que emergia. Segundo Duarte (2015) e Miralha (2006), na metade do século XIX o Brasil estava pressionado internacionalmente pelos países já capitalistas, a expandir o seu mercado consumidor, o que só seria possível com o fim, legal, da escravização da mão de obra e a incorporação da força de trabalho assalariada. A partir deste cenário, o Estado percebendo que a abolição da escravização era questão de tempo, buscou uma

solução para lidar com a futura força de trabalho assalariada e com a quantidade de terras devolutas. Martins (1997, p. 17) diz que,

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje.

A partir dessa conjuntura, teve início a política de imigração, com o propósito de atrair força de trabalho para o Brasil, impulsionada pelas vastas extensões de terras e riquezas naturais disponíveis no país. O objetivo era gerar lucro para o capital europeu central, mesmo diante da abundante oferta de força de trabalho negra. Além disso, as imigrações também visavam evitar a ocupação e apropriação descontrolada de terras, especialmente as devolutas (Moura, 2019).

Assim, em 1850, no Brasil, foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 601), que estabelecia a regulamentação exclusiva da terra por meio de compra e venda. Essa legislação buscava preservar a estrutura agrária do país, dificultando o acesso à terra para camponeses pobres, imigrantes, recém-libertos da escravidão e indígenas que não dispunham de recursos financeiros para adquiri-las (Duarte, 2015). De acordo com Carvalho (2010, p. 42), a Lei de Terras teve diversos objetivos:

[...] entre os quais podem ser citados os seguintes: a) vedar o domínio sobre as terras devolutas, a não ser pela compra e venda; b) garantir títulos aos detentores de sesmarias não confirmadas; c) outorgar títulos aos detentores de terras por concessão feita no regime anterior; d) converter a posse mansa e pacífica anterior à lei na aquisição do domínio.

Concomitantemente, o desenvolvimento do campesinato brasileiro foi dado em duas vertentes (Stedile, 2011). A primeira faz referência aos milhões de camponeses pobres europeus que vieram ao Brasil, para trabalhar e morar. E a segunda vertente informa sobre os mestiços brasileiros que não aceitavam trabalhar como escravizados, mas que não possuíam meios de produção devido a Lei de Terras que não os permitia se tornar pequenos produtores. Esses mestiços destituídos do direito de acessar terras, migravam para o interior do país e ao povoarem os sertões se tornaram trabalhadores rurais de produção agrícola para própria subsistência. Nesse processo, muitas terras que não haviam sido vendidas, são ilegalmente apossadas, através da grilagem, gerando grandes conflitos de terra que se acarretam até os dias de hoje.

O objetivo era criar por meios falsos uma massa real e verdadeira de despossuídos [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao

mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder (Martins, 1997, p. 17-18).

Analogamente, Almeida (2019) ressalta que o acesso à terra no Brasil foi destinado limitadamente às elites locais e à população branca, em grande medida, por causa da classificação racial dos trabalhadores a partir das imigrações, sendo os imigrantes europeus os contratados como força de trabalho assalariada. Nessa direção, Martins (1986) afirma que em um regime de terras livres, o trabalho necessitava de ser cativo (dominado) e em um regime de trabalho livre, a terra necessitava de ser cativa (dominada).

Desse modo, a passagem do cativo do homem para o cativo da terra tem caráter racial, pois com a Lei de Terras, o acesso à terra foi facilitado para imigrantes europeus, que substituiu negros recém libertos como força de trabalho assalariada, trazendo à tona o caráter racista da passagem da terra enquanto propriedade privada no Brasil (Martins, 2013). Além de destituída do direito de acessar a terra, o negro legalmente liberto era obrigado a vender o uso da sua força de trabalho em empregos desqualificados. A escravização havia sido forjada no seio inescrupuloso da crueldade e a falsa sensação abolicionista impediu as bases estruturais de mudanças eficazes que incluísse a população negra recém liberta no sistema, isso porque leis como Eusébio de Queiroz (1850), Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) ou a própria Lei Áurea (1888), não garantiram aparatos de reparação histórica pelos anos de escravização do trabalhador negro.

Ao tratar das imigrações iniciadas no século XIX, Ramos (1996) demonstra bem os “pré-requisitos” de uma imigração aceitável no Brasil, baseada na eugenia das raças. Isso demonstra que o termo “raça”, enquanto classificação, pedia como regra a proximidade dos não brancos com toda cultura sócio-política dos brancos para ser considerada boa. Assim, ressaltando uma possibilidade de viabilizar a teoria do branqueamento, na qual consistia em trazer “o sangue branco” para embranquecer a população, fazendo uma “correção” dos componentes étnicos para o tipo racial do país.

Dessa forma, Moura (2019) irá ressaltar que, a política de imigração no Brasil, inicialmente ligada ao branqueamento da população, evidencia um viés racista na abolição da escravidão. O fortalecimento da imigração ocorreu quando os imigrantes se tornaram mais acessíveis para os fazendeiros do que a compra de escravizados, impulsionando a economia cafeeira e consolidando a substituição de força de trabalho. Dito isso, “tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, *nobre*, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, *sujo* e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (Moura, 2019, p. 103)

Assim, Silvio Almeida (2019) conclui a análise do racismo do ponto de vista econômico e estrutural em duas conclusões. A primeira, evidenciando que o racismo se manifesta na economia de maneira objetiva, ao privilegiar grupos raciais dominantes através de políticas econômicas. A segunda, naturalizando o racismo de maneira subjetiva, tendo em vista que ideologicamente insere grupos minoritários no mercado de trabalho em condições de trabalho precárias e com salários muito menores. Essa discussão reforça a impossibilidade de desvincular a discussão racial do campo econômico, já que além de ser determinante da inserção do Brasil no capitalismo, o racismo é, também, fator determinante para a sociabilidade capitalista. Mediante a isso, pode-se dizer que, “a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil em 1850, teve como função criar condições objetivas para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, através de oferta da mão de obra livre” (Duarte, 2015, p. 319), na qual o racismo fará parte deste processo.

Nesse abarcar, para compreender este cenário racista, violento, autoritário e antidemocrático que se instaurou no Brasil, é preciso analisar o que Marx (1985) denominou como acumulação primitiva. De acordo com Marx (1985), a acumulação primitiva envolve o processo de expropriação violenta das massas dos trabalhadores camponeses europeus, que foram destituídos de seus meios de produção, em especial, da terra. Essa expropriação obriga o trabalhador, sem meios de produção, a vender o uso da sua força de trabalho, como proletariado, ao capital. Esse processo de acumulação precisou contar com a nossa condição colonial e escravista, bem como com a concentração de terras antes mesmo da liberação dos trabalhadores escravizados, ou seja, após a abolição da escravatura os meios de produção e as terras já estavam sob os regimentos do capital devido seu caráter agroexportador (Almeida, 2019).

Em Marx (2013), a acumulação primitiva pode ser entendida como a história do desenvolvimento do capitalismo industrial mundial e suas contradições. Marini incorpora em sua análise que essa história e suas contradições também desvelam a conformação das economias dependentes, dada a própria característica de desenvolvimento desigual do capitalismo. Em cada momento histórico, comparecem mecanismos concretos de articulação entre os países centrais e os periféricos, vigorando o modo de produção dominante (Soares; Burginski, 2020, p. 13).

A acumulação primitiva no Brasil, para o desenvolvimento do capitalismo, contou com a questão agrária e racial, que organizou “um modo de produção baseado na apropriação privada não apenas dos meios de produção e da terra pela metrópole, como a dos próprios trabalhadores” (Almeida, 2019, p. 72). Conforme Caio Prado Jr. (1978) e Coutinho (2011), o

desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil contou com as grandes concentrações de terras, não havendo uma democratização na estrutura agrária. Assim,

Em meados do século XIX o Brasil teve um primeiro momento propício para a realização da reforma agrária, mas é claro que isso não interessava às elites brasileiras e, muito pelo contrário, elas queriam ter trabalhadores sem-terra para trabalharem nas lavouras de café (Miralha, 2006, p. 153).

Nesse contexto, a forma como o Brasil se incorporou ao mercado global desempenhou um papel essencial na configuração das condições do capitalismo mundial e do trabalho. Conforme Marini (2017), colonização e exploração do Brasil, visando à acumulação de capital nas nações centrais, tiveram um impacto notável na integração do Brasil ao mercado global como um exportador de produtos primários. Tendo em vista que, desde o período escravocrata, o Brasil impulsiona sua economia sob regime do capital exterior, pautado na força de trabalho sobretudo negra escravizada e na agroexportação. Mesmo após sua inserção no capitalismo mundial manteve íntima ligação com a estrutura escravista, sendo essa ligação fundamental para o projeto de desenvolvimento nacional (Oliveira, 2021).

Assim, é preciso destacar que, o Brasil se inseriu na economia global, mantendo relações desiguais com nações mais industrializadas, em grande parte devido a uma herança de exploração e desigualdade que remonta ao período da colonização e da escravização. Por esse motivo, é fundamental reconhecer a interligação da questão agrária, do racismo e do capitalismo dependente, pois os conceitos devem ser vistos como componentes de um mesmo processo complexo e interdependente, não seguindo uma trajetória linear, mas inseparáveis entre si. Essa relação entre a questão racial e o contexto econômico, bem como a persistência de elementos da economia colonial, escravista e agrária, desempenharam um papel central na formação do capitalismo dependente no Brasil (Souza, 2023).

Além disso, Oliveira (2011 *apud* Moura, 1994) e Souza (2023), argumentam que a mudança da escravização para o assalariamento no Brasil foi parte de um escravismo tardio. Isso ocorreu porque as relações capitalistas no Brasil se desenvolveram no período escravocrata, no qual o Estado criou condições objetivas, como a Lei de Terras, para possibilitar a superexploração da força de trabalho, justificando o processo em nome do desenvolvimento do país. Ademais, o excesso de força de trabalho, muito além das necessidades do mercado nacional, também gerou mecanismos ideológicos de dominação. Oliveira (2011) ainda diz que, há uma persistência na mentalidade de culpabilização do indivíduo sobre sua própria condição, contribuindo para uma inferioridade étnica e, conseqüentemente, uma ideologia capaz de

legitimar a ideia de que o desenvolvimento brasileiro só seria possível pautado na dependência do capital estrangeiro, sobretudo, europeu.

Assim, o Brasil, desde sua fase de acumulação primitiva, construiu seu desenvolvimento em detrimento do capital exterior, tornando-se dependente, exportando matéria-prima e importando tecnologia. Para manter o atual sistema capitalista, o país dependia da intensa exploração da força de trabalho, levando à marginalização dos trabalhadores negros recém libertos, que desempenharam um papel fundamental durante o período escravista na inserção do Brasil no capitalismo mundial, mas não foram inseridos no sistema após a abolição. Portanto, o conceito de capitalismo dependente brasileiro revela como as relações econômicas e sociais do país foram moldadas por uma história de superexploração, marginalização e uma ideologia que perpetua a dependência estrangeira (Souza, 2023).

Ou seja, a condição de dependência resulta na superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora, com foco na tentativa da burguesia dos países periféricos de compensar as perdas econômicas decorrentes da relação desigual de dependência com os países de capitalismo central. Para alcançar esse objetivo, inicia-se um processo que se traduz na exploração do trabalhador e na apropriação de mais-valia. Internamente, isso se manifesta por meio do prolongamento da jornada de trabalho, visando à maximização da produção e, por conseguinte, ao aumento da apropriação de mais-valia pela burguesia, resultando em exaustão para o trabalhador, uma vez que o salário recebido não corresponde adequadamente à extensão da jornada de trabalho diária (Carraro, 2016).

Nesse ínterim, percebe-se que há uma dinâmica dos sistemas econômicos que é própria do processo sócio histórico brasileiro, pois não há uma eliminação, por completo de elementos da economia colonial, já que o capitalismo não conseguiu extinguir características históricas, escravistas e agrárias, porque precisa desses resquícios para se manter (Brito; Peripolli, 2017). Por esse motivo, o capitalismo brasileiro mantém determinações socioeconômicas e políticas do período colonial determinantes para o capitalista dependente e periférico, que trarão consequências negativas à ruralidade brasileira.

1.2 Modernização conservadora e as condições do trabalho da população que vive no meio rural

A década de 1930 inaugura uma nova etapa da história brasileira, marcada pela crise do modelo agroexportador e pela adoção de um novo modelo centrado no desenvolvimento urbano-industrial (desenvolvimentismo). Esse cenário se desenvolve a partir de uma conjuntura socioeconômica e política determinada pela crise sistêmica que afetou o capitalismo mundial

em 1929, tendo efeitos negativos em vários países ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Essa crise resultou em uma queda drástica das exportações e dos preços dos produtos agrícolas, incluindo o café, que era o principal impulsionador da economia do país naquele momento (Stedile, 2012); (Miralha, 2006).

Diante desse quadro, o Brasil enfrentou uma profunda crise econômica, política e institucional, conduzida por setores da elite brasileira. Em 1930, a classe industrial emergente, liderada por Getúlio Vargas, tomou o poder político do país através de um golpe de Estado, para impor um novo modelo econômico no país, quando segundo Stedile (2012), surgiu o modelo de industrialização dependente. Esse momento marcou a transição para um projeto nacional-desenvolvimentista, construído através de um pacto entre a emergente burguesia industrial e a velha oligarquia rural (Duarte, 2015).

Ainda de acordo com Duarte (2015, p. 319),

[...] já que o setor agrário estava em desgaste pela crise do café e a indústria nascente não tinha pernas para alavancar o processo de industrialização do país. Resultou desta fragilidade das classes dominantes uma aliança entre o capital urbano-industrial com o capital agrário para a modernização da economia brasileira capitaneada pelo Estado “planificador”.

Nesse percurso, o Estado passou por uma reformulação, tanto nas suas estruturas quanto em suas ações, que se voltam para o emergente setor urbano-industrial. Segundo Oliveira (2003), o Estado desempenhou um papel crucial nessa inversão de hegemonia, criando as bases necessárias para a consolidação desse novo projeto de desenvolvimento capitalista no país. Atuando de forma ativa na implementação de diversas políticas de estímulo à indústria nacional e ao fortalecimento do incipiente mercado interno, intervindo na esfera econômica, operando de forma reguladora, fixando preços e subsidiando setores produtivos na indústria, principalmente, a partir da política de substituição de importações (Oliveira, 2003); (Miralha, 2006).

Outro ponto destacado por Oliveira (2003), diz respeito à regulamentação da relação entre capital e trabalho, por meio da institucionalização da legislação trabalhista e da criação do salário mínimo. Essas medidas foram cruciais para o novo modelo de acumulação, pois serviram como atrativo para a formação de um grande “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” disponível ao capital e, também, para integrar o novo proletariado industrial, além de igualar o preço da força de trabalho. O salário mínimo, chamado de “salário de subsistência” pelo autor, era baseado unicamente nas necessidades básicas alimentares para

a reprodução da classe operária, não havendo qualquer outro critério de cálculo de acordo com as leis trabalhistas vigentes naquela época.

Durante esse período, conforme mencionado por Sorj (2008), ocorreram importantes movimentos migratórios, experimentados tanto do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida, quanto dentro do próprio meio rural, conforme foram se expandindo as fronteiras agrícolas. O êxodo rural foi amplamente incentivado pelo modelo capitalista em vigor. Conforme destacado por Stedile (2012, p. 31), o objetivo era fazer com que “os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria”.

Esse contexto, é caracterizado pela incorporação da massa de trabalhadores camponeses no mercado de trabalho industrial. Assim, percebe-se que, esse modelo de desenvolvimento capitalista resguardou para os trabalhadores rurais determinadas funções. Os camponeses serviram como mão de obra barata para a nascente indústria. Devido ao fluxo contínuo de trabalhadores para as cidades, os salários eram reduzidos, “havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas” (Stedile, 2012, p. 31-32). Para os trabalhadores rurais que permaneceram no campo, a eles, foram incumbidas funções de produzir alimentos baratos para a cidade, e matérias-primas para a indústria. Os preços eram rigidamente controlados pelo Estado, como mencionado acima, a fim de intervir de maneira reguladora assegurando altas taxas de lucro para a burguesia industrial dependente (Stedile, 2012); (Kraemer, 2013).

De acordo com Sorj (2008), enquanto a estrutura político-jurídica do Estado voltou-se para os centros urbanos-industriais, no meio rural ainda predominavam relações de trabalho pré-capitalistas, formas não monetárias de remuneração da força de trabalho camponesa. Além disso, a estrutura fundiária pautada no latifúndio permaneceu intocada. Essa afirmação, apoia a análise de Schwarz (2003), que destaca como o modelo de desenvolvimento capitalista consolidado na década de 1930 no Brasil, conjugou tanto aspectos modernos quanto “arcaicos”. Segundo o autor, era comum encontrar padrões agrícolas primitivos e formas de economia de subsistência mesmo nos grandes centros urbanos, vistas como “vestígios do passado”. Contrário à esta visão, o autor argumenta que essas formas são “funcionais para o desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuem para os baixos custos da mão-de-obra que sustentam nossa acumulação” (Schwarz, 2003, p. 6).

Na visão de Miralha (2006), esse processo de “transição” à industrialização brasileira ocorreu de maneira singular, sem grandes rupturas, mantendo intacta as relações de dependência econômica com os países “desenvolvidos” e os laços com a oligarquia rural,

preservando a estrutura fundiária já estabelecida. Conforme explica Almeida (2019, p. 101), o que ocorreu de fato, foi uma “inversão de hegemonia, com graus de conciliação e continuidade” entre a burguesia agrária e industrial. Apesar das elites agrárias terem perdido o protagonismo na direção do Estado, sendo rebaixada a uma posição subordinada ao novo modelo de acumulação capitalista, as oligarquias rurais permaneceram no bloco do poder, com influência política suficiente para resguardar seus interesses.

Desse modo, as elites agrárias, garantiram não apenas a manutenção da estrutura fundiária concentracionista voltada para o mercado externo, mas também a não expansão dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no setor urbano-industrial para o setor rural. Nessa direção, à medida que o país avançava no processo de industrialização, o meio rural e os trabalhadores do campo foram relegados a uma posição de subalternidade, em relação ao setor urbano-industrial, e de esquecimento, no que se refere a proteção social e a garantia de direitos (Sorj, 2008); (Duarte, 2015). de acordo com Kraemer (2013, p. 30), essas políticas públicas seguiam uma “lógica herdada pelos grandes latifúndios em detrimento dos que trabalham na terra, uma lógica que gera exclusão e promove desigualdades, cristalizando relações de poder herdadas desde a colonização do país”. Nessa realidade, a maioria da população rural era privada de qualquer direito. Somado a isso, há uma baixa remuneração dos trabalhadores do campo, que segundo Sorj (2008, p. 17),

[...] deve ser explicada através do processo histórico da conformação da agricultura, onde o domínio do latifúndio permitiu a imposição de baixos salários que, por sua vez, se transformaram na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. A subordinação estrutural da mão-de-obra rural no Brasil determinou a incapacidade de luta política pela melhoria dos preços de certos produtos rurais. No caso brasileiro, uma oferta de mão-de-obra rural em expansão associada a uma ampla fronteira interna permitia aumentar a produção sem que seus custos crescessem.

Esse contexto se mostrou muito confortável para as elites agrárias, tendo em vista a articulação política camponesa era reduzida, os índices de analfabetismo no campo eram enormes, a maioria da população não tinha direito ao voto e os que tinham, exercia esse direito conforme “orientação” dos seus empregadores. Logo, as massas rurais eram ferozmente controladas pelos grandes latifundiários que não só garantem a permanência e ampliação da estrutura fundiária pela via da expropriação, mas também combatia as organizações e reivindicações políticas dessas pessoas, dificultando o desenvolvimento dos movimentos sociais camponeses (Sorj, 2008).

No final da década de 1950, ocorreram mudanças radicais nesse cenário, com o aumento das mobilizações sociais e da militância política no meio rural, denunciando o problema da

concentração fundiária e as desigualdades sociais no campo. Nesse período, surge o primeiro grande movimento social camponês, no Nordeste do Brasil, conhecido como Ligas Camponesas. Esse movimento ganhou visibilidade nacional, se tornando voz importante na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária (Miralha, 2006); (Brito; Peripolli, 2017).

O período de 1960 a 1963, no Governo João Goulart, marcou um avanço significativo na conscientização e organização dos trabalhadores rurais, que intensificaram as reivindicações por direitos e por melhores condições de vida no campo, pressionando o Estado em prol da realização de uma ampla reforma agrária. Esta luta se tornou uma pauta importante na agenda política e social do Brasil, dando maior visibilidade política à questão agrária no país (Duarte, 2015). Conforme Miralha (2006) e Sorj (2008), o crescimento das mobilizações sociais foi acompanhado pela união das elites brasileiras em apoio ao golpe de Estado, que ocorreu em 1964. Como consequência, as perspectivas de transformação da estrutura fundiária por meio da mobilização popular foram abruptamente interrompidas.

Assim, o golpe civil-militar de 1964 representou uma reação da classe burguesa às reformas propostas, sobretudo à reforma agrária, as quais, como ressalta Miralha (2006) e Sorj (2008), não ameaçavam a ordem capitalista em si, mas sim o modelo específico de desenvolvimento adotado pelo país. Dessa forma, o importante momento histórico de mobilização da classe trabalhadora do campo em torno da reforma agrária e da promoção da justiça social, “foi sabotado e destruído por um pacto entre as elites”. Conforme mencionado anteriormente, as oligarquias rurais detinham uma significativa influência política e econômica no país, ocupando posições-chave dentro da estrutura estatal e também entre a própria burguesia industrial (Miralha, 2006, p. 156).

Nesse caminho, o que se verificou durante os anos de ditadura militar no Brasil, foi a ampliação de um projeto de modernização tecnológica da agricultura, também conhecida como “modernização conservadora”, por ter preservado a estrutura fundiária desigual com base na concentração das terras em grandes propriedades latifundiárias, agravando ainda mais, as desigualdades sociais no campo e o problema da questão agrária no país (Sorj, 2008). Dessa forma, vale ressaltar que esse projeto de modernização, acabou contrariando as expectativas geradas na época, pela classe trabalhadora, que almejava uma mudança na estrutura fundiária brasileira por meio da realização de uma ampla reforma agrária, tendo em vista, as grandes mobilizações sociais na primeira metade da década de 60, em oposição ao modelo de acumulação capitalista vigente e suas consequências nefastas para a população rural (Sorj, 2008); (Kraemer, 2013); (Duarte, 2015).

A modernização, articulada pelas elites brasileiras em conformidade com o capital externo, deu início à uma nova etapa da acumulação capitalista em sua fase monopolista no país, assegurando sua expansão enquanto sistema hegemônico no campo. Este movimento representou a introdução de novas tecnologias nos sistemas produtivos agrícolas, como máquinas e equipamentos cada vez mais modernos, insumos e defensivos agrícolas geneticamente modificados, além da adoção de novas técnicas e mecanização dos processos produtivos, que resultaram no aumento da produtividade do setor agrário no país (Moro, 2015); (Almeida, 2019). Esse padrão produtivo, estava “centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários” (Sorj, 2008, p. 53-54).

[...] O capital vai buscar na agricultura um novo espaço para sua valorização, modernizando-a. De modo que será incorporado no processo de trabalho agrícola o progresso técnico industrial, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho social, o que vai provocar a diminuição de demanda por força de trabalho humana e liberar uma grande parcela de trabalhadores da terra, transformando-a em população excedente para as necessidades de produção capitalista na agricultura (Duarte, 2015, p. 323).

Assim, o plano de modernização da agricultura adotado, se limitou ao âmbito tecnocrático, desconsiderando a necessidade de reorganizar as relações sociais em consonância com as mudanças implementadas no meio rural (Kraemer, 2013). A estrutura agrária foi mantida, com a transformação do latifúndio em empresas capitalistas agrícolas, preservando o patrimonialismo e a dominação política no campo. De modo que, esses elementos foram incorporados à nova ordem capitalista moderna em expansão no campo (Duarte, 2015).

Na mesma direção, o Estado desempenhou um papel fundamental, criando as condições necessárias para a consolidação do projeto de modernização conservadora da agricultura, e também, para a afirmação da expansão do capitalismo monopolista no campo. Desse modo, ao longo do regime militar, foram sendo implementadas um conjunto de medidas legais favoráveis aos interesses do capital externo e dos grandes proprietários de terras (Rocha; Cabral, 2016); (Sant’ana; Musson, 2018). Entre as principais políticas nesse contexto, destaca-se a expansão do crédito agrícola altamente subsidiado, a partir da criação do Sistema de Extensão Rural, que tinha a finalidade de expandir o projeto de modernização tecnológica no campo, segundo Almeida (2019), consistia em um pacote tecnológico completo do programa da Revolução Verde. Conforme ressalta Duarte (2015, p. 324),

Sem o apoio do Estado o processo de modernização da agricultura seria inviável. Entretanto, as políticas de incentivo direcionadas aos produtores rurais são totalmente discriminatórias e excludentes, pois beneficiam os grandes latifundiários que se

dedicam aos produtos voltados para a exportação e tem na propriedade da terra as garantias para rentabilidade do investimento. Os pequenos proprietários, não raras vezes, são levados a se submeterem ao endividamento com os bancos para a aquisição de empréstimos com juros elevados, que acarreta na perda da propriedade da terra para o pagamento da dívida.

Assim, a adoção do progresso tecnológico ocorreu de forma restrita, favorecendo principalmente as médias e grandes propriedades, uma vez que o acesso ao crédito bancário estava diretamente ligado à posse da terra. O grau de automação agrícola demonstrou uma correlação direta com o tamanho da propriedade, privilegiando aqueles empreendimentos de maior porte. Enquanto isso, os pequenos agricultores, envolvidos em formas de produção mais tradicionais e diversificadas, enfrentaram dificuldades para acompanhar e se adequar aos novos padrões produtivos (Duarte, 2015). Conforme isso, a grande maioria da população rural foi excluída do uso-fruto da política de crédito agrícola, o que acabou ampliando as desigualdades preexistentes no campo. O governo militar deixava claro suas intenções, direcionando recursos substanciais para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, sem questionar a estrutura fundiária vigente e reprimindo as mobilizações e militantes a favor da reforma agrária (Kraemer, 2013); (Miralha, 2006).

Conforme observado por Sorj (2008), a efervescência política no campo, durante a primeira metade da década de 60, evidenciou um problema para as elites brasileiras, a necessidade de integrar as massas de trabalhadores rurais na estrutura do Estado burguês. Após o golpe de 1964, o governo respondeu aos movimentos rurais de imediato, com uma política severa de repressão. Durante o período militar, as principais organizações de luta pela terra foram proibidas de atuar e seus líderes foram perseguidos, exilados, presos ou mortos. Desse modo, mesmo que a repressão tenha sido amplamente utilizada como meio de controle social e inibição das organizações sociais no campo, também, foram implementadas um conjunto de leis governamentais de caráter social e trabalhista, com essa mesma finalidade, com destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural (promulgado em 1993), que por um lado, ampliou as leis trabalhista para os trabalhadores rurais, regulando as relações trabalhistas no campo, “regulou férias, acordos laborais, salário mínimo e emprego de menores e mulheres no campo” por outro, os sindicatos eram controlados, e as greves eram proibidas (Kraemer, 2013, p. 34).

O Estatuto da Terra (1964), aprovado durante o regime militar, representou um avanço quando comparado ao Estatuto anterior. A priori, seu principal objetivo era promover a reforma agrária de maneira gradual e o desenvolvimento da agricultura. Para isso, foram criadas normas para nortear a regulação das relações entre proprietários e trabalhadores rurais, além de estabelecer diretrizes para o uso e a posse da terra no país. Segundo Miralha (2006), o Estatuto

foi orientado pelo projeto de modernização conservadora, contendo diretrizes para a desapropriação de terras improdutivas, estímulo à produtividade agrícola, criação de programas de crédito rural e assistência técnica aos agricultores. Embora o reconhecimento da importância da reforma agrária tenha sido um avanço do ponto de vista legal, para autores como Miralha (2006) e Kraemer (2013), o Estatuto da Terra serviu muito mais como mecanismo ideológico para conter os ânimos classe trabalhadora no campo e tranquilizar os grandes proprietários do temor da erupção de uma eventual revolução camponesa. Essa abordagem estratégica permitiu uma resposta parcial às demandas desses grupos sociais, ao mesmo tempo em que cauterizava avanços que pudessem desafiar a ordem social e política estabelecida, adiando mudanças mais profundas que poderiam impactar de forma positiva na questão agrária no país (Miralha, 2006).

Desse modo, como parte das ações estratégicas do governo durante todo o período da ditadura militar, foram impostas medidas de caráter social aos trabalhadores rurais, sendo o destaque o fundo de assistência e previdência social (Funrural), criado em 1963 e ampliado a partir de 1964. Esse fundo teve como objetivo incluir os trabalhadores rurais no sistema previdenciário e, por meio dos sindicatos, possibilitar o acesso dessas pessoas aos serviços de assistência médica e hospitalar. Na década de 1970, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), vinculado ao Funrural, o qual ampliou os benefícios previdenciários, assegurando aposentadoria por velhice e invalidez, além de expandir os benefícios assistenciais e médico-hospitalares existentes para os dependentes dos segurados (Sorj, 2008); (Kraemer, 2013).

A despeito de todas as conquistas, Segundo Dal Castel (2007, p. 21), “na história da concessão de direitos ao trabalhador rural, ficam as evidências das desigualdades sociais e as marcas da exclusão social que os trabalhadores enfrentam”. Essa dinâmica está arraigada na estrutura da sociedade, caracterizada por seguir um modelo econômico que perpetua a exclusão e dificulta a universalização dos direitos. Os benefícios sociais conquistados pela população rural até esse momento, foram concedidos pelo Estado e pelas elites brasileiras, como estratégia de compensação e apaziguamento das lutas sociais no campo.

Os vinte anos de regime militar foram marcados por um silenciamento da questão agrária, resultado de uma clara escolha feita pelo Estado e pelas elites que o governam, por um modelo de modernização conservadora do campo, que beneficiou apenas dos grandes proprietários de terras, contraditoriamente, agravou as desigualdades no campo, acarretando no aumento da concentração fundiária, no êxodo rural, no empobrecimento da maioria da população camponesa e no agravamento da violência no campo. No entanto, no início da década de 1980, com a queda do regime militar e o esgotamento desse modelo de desenvolvimento, se

verificou uma oxigenação das mobilizações sociais no campo, com o surgimento e rearticulação dos movimentos sociais camponeses, protagonizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que exerceram uma enorme pressão sobre o Poder Público, fazendo com que, os direitos da população rural fossem reconhecidos no novo sistema de proteção social brasileiro, aprovado na Constituição de 1988.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS SOCIAIS: A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO?

Nesse capítulo, o objetivo é situar as condições em que as políticas sociais são implementadas no Brasil e analisar a ausência dessas políticas no meio rural, o que resulta na invisibilidade das demandas sociais rurais e na desproteção da população residente deste espaço. Essa discussão fornecerá uma base para compreender a trajetória da política de assistência social no país, identificando e analisando aspectos limitadores que permeiam as contradições entre o direito da população rural e a efetivação da política social. Além disso, será explorada a importância de superar essas limitações ao promover uma abordagem territorial mais inclusiva e abrangente no âmbito da política de assistência social, que busca atender quem a ela recorrer, garantindo que as necessidades e especificidades do meio rural sejam devidamente consideradas.

2.1 Ausência do meio rural nas Políticas Sociais brasileiras

No Brasil, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal atual, que estabeleceu e instituiu a Seguridade Social como o modelo de proteção social brasileiro, com base em uma abordagem pública e universal. Dessa forma, a Política de Assistência Social, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, passam a compor o tripé da Seguridade Social, resultado das ações tanto dos poderes públicos quanto da sociedade civil politicamente organizada (Boschetti, 2009); (Cariaga; Burginski; Bezerra, 2020). Com o objetivo de garantir proteção social, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194, na qual destacamos o item II, estabelece o seguinte:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (Brasil, 1988, Art.194).

Assim, a partir da Constituição de 1988 e da implementação da Seguridade Social que a população rural passou a ser considerada em pé de igualdade com a população urbana. Nesse sentido, torna-se necessário que o Estado dedique atenção às demandas e características específicas tanto do meio urbano quanto do meio rural, de modo a tornar a ruralidade visível diante das políticas sociais do país (Nunes; Scherer, 2020). Além disso, é fundamental compreender que as políticas sociais, voltadas para a satisfação das necessidades básicas da população, percorreram um longo caminho até se concretizarem como direitos, de maneira que “no Brasil, as políticas sociais surgem revestidas de mecanismos repressivos e assistencialistas procurando paradoxalmente responder às necessidades do capital e dos trabalhadores nos diferentes momentos históricos” demonstrando seu duplo caráter (Kraemer, 2006, p. 21).

Com o desenvolvimento do setor urbano-industrial brasileiro, na década de 1930, as políticas sociais surgem em resposta às mazelas sociais e ao pauperismo crescente nas grandes cidades, o agudizamento das expressões da “questão social” vivenciadas pela classe trabalhadora exigiram ações do poder público, que objetivaram sobretudo, atenuar às mobilizações e agitação política da classe trabalhadora que reivindicavam melhores condições de vida (Santos, 2021).

Segundo Iamamoto (2001), a “questão social” pode ser entendida como um conjunto de desigualdades imbricadas nas contradições do modo de produção capitalista, intermediado pelo Estado. Contradições essas que são inerentes e necessárias ao desenvolvimento e funcionamento do capitalismo. Para a referida autora, destacar a pobreza e as demais formas de desigualdade, não é apenas dizer que a mesma resulta da má distribuição de renda, mas sim ligá-la ao próprio modo de produção capitalista e à má distribuição dos meios de produção. Outrossim, para Netto (2001) o termo “questão social” surge no século XIX, para denominar o crescente pauperismo que emergia na Europa com a revolução urbano-industrial, e “[...] crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (Netto, 2001 p. 42). Assim:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outro tipo de intervenção, mais além da caridade e repressão (Carvalho; Iamamoto, 1982, p. 83-84).

Dessa forma, o tensionamento entre capital e trabalho, sociedade civil e Estado, vai pressionar em favor da formulação e regulamentação da proteção social, mediante a intervenção do Estado contra a intensificação das expressões da “questão social”. Concomitantemente, no

caso brasileiro, é preciso evidenciar a relação da “questão social” com a questão agrária, que afeta o desenvolvimento das políticas sociais no país, com maior penalização da população rural (Almeida, 2019); (Kraemer, 2006).

Segundo Almeida (2019), a relação entre capitalismo e questão agrária reforça a permanência de condições históricas não modificadas, que perpetuam a imbricação entre atraso e modernidade. A formação do país ocorreu sem ruptura com a concentração da terra e o autoritarismo elitista da burguesia, o que estabelece uma ligação entre a questão agrária e a “questão social” brasileira, pois a questão agrária desencadeia, desde sua gênese, diversas manifestações e agravamentos nas expressões da “questão social”.

Ainda de acordo com Almeida (2019, p. 14), ao analisar a questão agrária como um problema relacionado à interação do homem com a terra, bem como ao domínio e exploração dessa relação pelo modo de produção capitalista em uma sociedade de classes, surge a seguinte pergunta: “[...] qual é o tipo de determinação fundamental que se estabelece entre questão agrária e questão social na formação do capitalismo e, em particular, no capitalismo brasileiro?”. Nessa perspectiva, além das expressões específicas da “questão social” que emergem, existe a compreensão de que a questão agrária no Brasil é um dos fundamentos que determina a “questão social”.

Nesse viés, torna-se evidente que, ao considerar o processo sócio histórico do país, a questão agrária é um elemento fundamental da “questão social” brasileira, estando intimamente relacionada à estrutura fundiária burguesa que afeta com maior intensidade a população rural. Essas problemáticas influenciarão o modo como compreende-se os sistemas de proteção socioassistencial na particularidade brasileira, bem como os parâmetros na qual se cria e implementa políticas sociais, que serão desenvolvidas a partir da realidade periférica dependente e nos marcos da modernização conservadora capitalista (Carraro, 2016); (Santos, 2021).

Dentro desse contexto, na década de 1930, o Brasil iniciou um período de industrialização que intensificou as expressões da “questão social” pela perpetuação de sua estrutura agrária e pela superexploração do trabalhador submetido ao trabalho braçal pesado, tanto no campo quanto na cidade. Segundo Medeiros (2013, p. 4), “o modelo de proteção social no governo de Vargas se redefinia como fragmentos em categorias e, se materializava-se de forma limitada e desigual na implementação dos benefícios, em troca de controlar as classes trabalhadoras”. Afinal, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema de proteção social no Brasil era baseado principalmente no modelo de Seguro Social, em que o

acesso às políticas sociais estava condicionado ao mercado formal de trabalho, o que deixava de fora e desprotegidos a maioria dos trabalhadores rurais.

Para Cariaga, Burginski e Bezerra (2020), historicamente os trabalhadores rurais brasileiros foram excluídos do seguro social, uma vez que majoritariamente os trabalhadores rurais na época não trabalhavam de carteira assinada. Assim, as políticas sociais se mantinham com características seletivas, fazendo com que a população rural fosse reconhecida como sujeitos de direito muito tempo depois da população urbana. De acordo Nunes e Scherer (2017) *apud* Couto (2010), a proteção social estabelecida nesse período, pelo governo de Getúlio Vargas, estava diretamente relacionada aos postos de trabalho e à renda, baseada em critérios que beneficiavam exclusivamente os trabalhadores urbanos.

Esse intercâmbio desigual gerou um debate teórico entre as décadas de 1950 e 1970, que se concentrou no desenvolvimento da América Latina. A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), por meio do Relatório Econômico da América Latina de 1949, destacou a importância do desenvolvimento do setor industrial como chave para combater as desigualdades sociais geradas pelas relações econômicas e políticas internacionais. O discurso alegava que a falta de desenvolvimento nesse setor comprometia o emprego e a produtividade, resultando em uma condição de subdesenvolvimento que dificultava o progresso tecnológico do mercado interno latino-americano (Carraro, 2016).

Durante esse extenso processo, ao focar no meio rural como viabilizador do desenvolvimento econômico, o setor agrícola passa por transformações não destinadas ao âmbito social. Isso gera um debate sobre a intervenção estatal por meio de políticas públicas, que priorizavam subsidiar os grandes produtores, especialmente do agronegócio, visando aumentar a produtividade. No entanto, essa abordagem cria desigualdades para os pequenos produtores, que enfrentam dificuldades de acesso a recursos, não havendo políticas sociais abrangentes para a população rural, que parece ter sido negligenciada e deixada de lado em termos de apoio social (Martins; Carlota; Beras, 2014).

Dessa forma, entre 1964 a 1988, período que abarca a ditadura militar e a redemocratização do país, houveram desenvolvimento no campo econômico e nas políticas sociais que se apresentavam a partir de um caráter assistencialista e clientelista, onde apesar dos avanços nos direitos sociais, houveram retrocessos no campo civil e político. Em outras palavras, apesar dos avanços conquistados na proteção social dos trabalhadores no Brasil, as condições precárias dos trabalhadores rurais não foram superadas, fazendo com que eles continuassem sujeitos a práticas coronelistas ou dependentes de caridade. Conforme afirma Medeiros (2013, p. 5) *apud* Vianna (1990, p. 8), “[...] no pós-64, a intervenção social do Estado

ganhou dimensões e características bastante nítidas, definindo um perfil específico de política social, regido por princípios simples e coerentes com o padrão excludente e conservador de desenvolvimento econômico”.

Dentro desse contexto, Cariaga, Burginski e Bezerra (2020) destacam a heterogeneidade da condição proletária da população rural, que devido ao processo de concentração do capital agroindustrial e ao grande número de latifúndios, dificultam a subsistência na agricultura familiar e, também, precariza o trabalho como operários da agroindústria. Assim, a população rural é frequentemente submetida a empregos ocasionais e precários tanto na agricultura familiar quanto na agroindústria. Consequentemente, Duarte (2015) afirma que esses “homens e mulheres empobrecidos pelas relações capitalistas no campo que vão demandar cada vez mais a constituição de políticas sociais para o atendimento de suas necessidades básicas de reprodução social” (Duarte, 2015, p. 326).

Por volta de 1980, ficou evidente a necessidade de intervenção focada na redução da pobreza no campo, porque o investimento na modernização não foi capaz de melhorar as condições de vida da população rural. As políticas sociais se expandiram devido às reivindicações da classe trabalhadora, pois a relação capital e trabalho produz desigualdades e pobreza, mas, também, gera lutas sociais contra essas desigualdades, em busca de melhorar as condições sociais, econômicas e políticas dos trabalhadores. Esse processo também está presente no meio rural, que sempre enfrentou uma intensa resistência por parte dos trabalhadores rurais que pressionaram em favor da Constituição Federal de 1988 (Nunes; Scherer, 2017); (Santos, 2021); (Martins; Carlota; Beras, 2014).

Assim, na década de 1990 ficou evidente a necessidade de intervenção focada na redução da pobreza no campo. Nessa década, foram implementadas políticas públicas que visavam atender às necessidades sociais da população rural. No entanto, ainda existe uma negligência histórica em relação ao acesso da população rural a esses serviços, principalmente, devido ao avanço do neoliberalismo, que impulsionou a organização dos trabalhadores rurais, em contínua luta para assegurar o acesso ao sistema de proteção social do Brasil, buscando aprimorar suas condições de vida no meio rural (Martins; Carlota; Beras, 2014).

É preocupante que os investimentos em políticas sociais e infraestrutura, como saúde, educação e lazer, continuem sendo direcionados, principalmente, às áreas urbanas, mesmo em municípios onde a metade ou a maioria da população reside no campo (Martins; Carlota; Beras, 2014). Com base nas reflexões de Martins, Carlota e Beras (2014), embora as políticas sociais financiadas pelo Estado sejam cruciais para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, elas por si só não são suficientes. É necessário realizar ações para modificar a estrutura

agrária, descentralizando a posse da terra e fornecendo recursos materiais aos pequenos produtores. Reconhecer o espaço rural não isolado das demandas urbanas, pois, apesar de suas especificidades históricas, econômicas e sociais, ambas as realidades fazem parte de um único modo de produção que se mantém através da exploração e dominação social (Duarte, 2015).

O problema ainda se expande, pois, com frequência, os responsáveis pela implementação de políticas voltadas para o campo, bem como os gestores de serviços públicos, estão localizados em áreas urbanas. Mas, ao atenderem uma parcela significativa da população rural, enfrentam dificuldades para reconhecer as demandas desse público-alvo, que possuem necessidades de atendimento distintas das áreas urbanas, resultando em desafios na intervenção, implementação e eficácia das políticas sociais (Martins; Carlota; Beras, 2014). Portanto, como defendido por Nunes e Scherer (2017), é imprescindível promover discussões sobre as especificidades das expressões da “questão social” no espaço rural e ter um conhecimento aprofundado de suas particularidades, a fim de garantir que as políticas sociais atendam efetivamente a população rural.

Em resumo, o desenvolvimento das políticas sociais no espaço rural foi retardado devido à ênfase na perspectiva econômica e ao favorecimento dos grandes proprietários de terras, resultando em desigualdades sociais profundas e acesso limitado aos serviços públicos para os trabalhadores rurais. A inclusão equitativa desses trabalhadores no sistema de proteção social no Brasil tem sido mais lenta e abrangente em comparação com os direitos dos trabalhadores urbanos, revelando uma dívida histórica. Além disso, a população rural enfrenta desafios no acesso aos direitos estabelecidos pela legislação brasileira devido à falta de infraestrutura física, com serviços concentrados nas áreas urbanas, e critérios de elegibilidade que não levam em conta as particularidades rurais (Martins; Carlota; Beras, 2014).

Por fim, deve-se assimilar as transformações pelas quais o campo passou e continua passando, buscando compreender os projetos em disputa e a importância da discussão das políticas sociais voltadas para o campo. Essa compreensão é essencial para construir processos que promovam a universalização do acesso e a abrangência territorial das políticas sociais, como previsto na Constituição Federal de 1988. Cenário em que contradições, marcadas por avanços e retrocessos, indicam novas possibilidades de compreender e concretizar a realidade social (Martins; Carlota; Beras, 2014); (Kraemer, 2006).

2.2 Localizando a população rural na Política de Assistência Social

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo no campo das políticas sociais e da garantia de direitos, ao qualificar e integrar a assistência social como uma política social fundamental do novo sistema de seguridade social brasileiro (Boschetti, 2009). Os artigos 203 e 204 da Constituição, estabelecem as bases legais para o reconhecimento da assistência social como um direito de cidadania e uma responsabilidade do Estado. O reconhecimento da assistência social como um direito assinalou a ²ruptura com sua trajetória histórica no Brasil, marcada por práticas assistencialistas, caracterizadas pela atuação ativa das igrejas e das redes de solidariedade por meio da caridade e da filantropia, diante da desresponsabilização do poder público frente às mazelas sociais, dessa forma, relegaram por um longo tempo, a assistência social à condição de favor/ajuda, afastando-a da concepção de direito (Santos, 2021).

Desse modo, segundo Assumpção (2012) e Santos (2021), a partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social enquanto política social passa a ser entendida como um direito de cidadania, e não como uma benesse, definida pela Constituição Federal de 88 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelecida pela Lei nº 8.742/1993, como política pública não contributiva de caráter universal, que visa garantir mínimos sociais para a proteção das famílias e pessoas que dela necessitar. Nessa perspectiva, a assistência social passou a ser compreendida como um direito do cidadão e uma obrigação do Estado, assumindo uma posição estratégica na promoção da proteção social, com o objetivo de garantir direitos e condições de vida digna para os indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A aprovação da LOAS em 1993 marcou um importante avanço para a materialização da política de assistência social. A LOAS desempenhou um papel fundamental ao regulamentar e organizar a assistência social como uma política pública, estabelecendo princípios que, embora contraditórios, visam garantir a universalidade e igualdade de acesso, tanto para a população urbana quanto para a população rural, sujeita, entretanto, à disponibilidade de recursos (Santos, 2021). Nesse sentido, vale ressaltar o artigo 4º da LOAS, que dispõe sobre os princípios que orientam a efetivação da assistência social:

² A assistência social brasileira é elaborada e executada de forma imbricada com instituições do denominado terceiro setor (incluindo instituições filantrópicas). Logo a assistência social nunca se distanciou do assistencialismo e da repressão.

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;**
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão (LOAS, 2013, p. 13).

Nesse caminho, mesmo após a assistência social ter conquistado status de política pública, integrada ao tripé da Seguridade Social, ela teve que percorrer um árduo caminho para se consolidar enquanto direito, de acordo com Kraemer (2006), o reconhecimento presente na legislação mostrou-se insuficiente para romper completamente com a cultura da ajuda e do favor, enraizada de maneira absoluta nas ações assistenciais desenvolvidas no país historicamente. Segundo Nunes e Scherer (2017, p. 5), “não houve a devida incorporação da noção da assistência social como um direito, o que implica diretamente na sua execução” em ações pontuais destinadas apenas a atender às necessidades emergenciais dos mais pobres, o que segundo as autoras, essa concepção acaba afastando a assistência do campo da garantia de direitos.

Conforme ressalta Kraemer (2006, p. 54), em seus resultados,

Até hoje, muitas ações ainda são executadas segundo lógica assistencialista, demarcando a assistência como terreno contraditório e que abarca importantes questões para a discussão do acesso e da legitimidade a direitos, bem como da conquista de patamares de equidade e de justiça social.

Além disso, a aprovação da LOAS deu-se em meio a um contexto de avanço das políticas neoliberais no Brasil, dando início a um processo de retração do Estado, principalmente, no que se refere às garantias de direitos trabalhistas e sociais (Netto; Braz, 2010). Segundo Iamamoto (2015), além do ataque a legislação protetora do trabalho, agora colocada como “privilégio”, também, impactaram diretamente no sistema de proteção social, levando ao desmonte, privatização e sucateamento das políticas sociais e demais serviços públicos recém conquistados, que nesse contexto, se tornam cada vez mais fragmentados e focalizados. Principalmente, em contexto de capitalismo dependente que esvazia o fundo público, destinado a financiar as políticas sociais, para amortizar juros da dívida pública.

Como consequência desse contexto, marcado pelo desemprego estrutural, desencadeia-se o aumento de demanda pelos benefícios e serviços sociais, uma vez que os sujeitos encontram-se cada vez mais vulneráveis as perversidades da lógica de produção e reprodução da ordem capitalista. Portanto, mesmo após a aprovação da LOAS, em 1993, assistência social irá encontra-se em um profundo paradoxo, pois, se de um lado havia avanços constitucionais trazendo para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão social, bem como garantia da participação política nesse campo, de outro estava a inserção do Estado Brasileiro na agenda neoliberal, a partir da retração dos investimentos públicos no campo da proteção social (Nunes; Scherer, 2017, p. 6).

Nesse sentido, de acordo com Nunes e Scherer (2020), o avanço do neoliberalismo no país resultou na retração das políticas sociais, incluindo a assistência social, que passaram a receber menos investimentos do poder público. Isso deixou uma parcela crescente da população desprotegida, aprofundando as desigualdades sociais e permitindo uma maior exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Mediante a isso, a Assistência Social se consolida na perspectiva de direito, marcada por avanços e retrocessos, cuja a “defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais regressivas são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal” (Boschetti, 2009, p. 4).

Nesse arcabouço, apenas em 2003 será observado avanços significativos no âmbito da política de assistência social, onde se destaca a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, na qual se debateu sobre as possibilidades de elaboração e implementação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ambicionando efetivar os avanços já conquistados na carta Magna/88 e na LOAS a nível nacional (Nunes; Scherer, 2017).

Nesse sentido, registra-se em 2004 a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ratificada pela resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com objetivo de estabelecer de forma clara, diretrizes para a efetivação da assistência social em conformidade com as demandas e necessidades da sociedade brasileira, enquanto um direito da população e dever do Estado. No ano seguinte, em 2005, tem-se a aprovação da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, que estabeleceu as bases para a implementação do SUAS, definindo sua estrutura organizativa e os mecanismos de gerenciamento, financiamento e controle do novo sistema de organização e gestão da política de Assistência Social (PNAS, 2004).

Com a efetivação do SUAS, criou-se uma rede de serviços socioassistenciais em todo o país, organizada em dois eixos de proteção socioassistencial, Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (PSE), (dividida em Média e Alta Complexidade). A PSE possui um caráter protetivo às famílias e indivíduos que estejam em situação de risco social ou tiveram

seus direitos básicos violados, tendo como principal equipamento o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Por sua vez, a Proteção Social Básica é destinada à prevenção de riscos sociais e individuais, atuando no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), como principal unidade prestadora dos serviços nesse nível de complexidade (CFESS, 2011).

No mais, em conformidade com o capítulo II, seção I, artigo 4º, do LOAS, a Política Nacional de Assistência Social é regida pelos seguintes princípios democráticos, no qual destacamos o item IV:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;**
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (Brasil, 1993b).

Observa-se, portanto, que a PNAS reafirma os princípios estabelecidos pela LOAS, enfatizando a importância da igualdade no acesso aos serviços socioassistenciais tanto para as populações urbanas quanto rurais, visando garantir uma inclusão equitativa dos usuários. No entanto, apesar dos avanços significativos, especialmente em termos de legislação, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 e a implementação do Sistema Único de Assistência Social em 2005, a garantia do acesso ao direito à assistência social nas áreas rurais e o atendimento das necessidades das famílias que residem nessas regiões ainda representam um desafio para essa política, conforme apontado por Nunes e Scherer (2017).

Nessa direção, é somente a partir da Constituição Federal de 1988, com a instituição da Seguridade Social enquanto um direito de toda a população e dever do Estado, que será garantido pela primeira vez na história do País a equidade no atendimento às demandas da população rural e urbana. Ou seja, é somente no final do século XX, que a população rural adquire visibilidade diante das políticas públicas e sociais no País. Assim, é a partir desse período que é estabelecida a garantia da aposentadoria rural de modo equitativo entre os trabalhadores urbanos e trabalhadoras rurais; é criado o Sistema Único de Saúde, com a garantia universal ao acesso à saúde e, por fim, a LOAS que estabelece o atendimento de modo equitativo à população urbana e rural (Nunes; Scherer, 2017, p. 9).

Nessa direção, autores como Kraemer (2006), Nunes e Scherer (2017) ressaltam a importância da territorialização, concepção presente entre os eixos estruturantes da PNAS e do SUAS, como estratégia fundamental na busca pela equidade de direitos e na garantia de acesso

à assistência social, sem discriminação, tanto para populações urbanas quanto rurais. Essa abordagem reconhece a necessidade de compreender as diferenças socioterritoriais e desigualdades sociais latentes em um país de dimensões continentais como o Brasil, a fim de atender melhor às necessidades específicas de cada região. A territorialização permite uma análise mais detalhada das demandas locais e impulsiona o alcance da assistência social a um número cada vez maior de pessoas que dela necessitam (PNAS, 2004).

Nesse contexto, a concepção territorial presente na PNAS (2004), fundamentada nos estudos de Milton Santos, reconhece o território como um elemento vivo, influenciado pelos atores que o utilizam. Isso implica em distinguir não apenas as diferenças entre os municípios com base no número de habitantes, mas também dentro de cada município, considerando as disparidades e desigualdades entre os territórios que o compõem. A utilização da territorialização na política de assistência social é fundamental, pois permite analisar aspectos demográficos que serviram como indicadores importantes para o planejamento e execução da política (Nunes; Scherer, 2017). Essa abordagem revelou também, que muitos municípios brasileiros vivenciam contextos rurais e possuem demandas de acordo com suas particularidades. Assim, a concepção territorial deve ser compreendida também como um espaço de disputas, importante ao criar possibilidades para o desenvolvimento de estratégias e ações para garantir a equidade de direitos na assistência social, tanto em áreas urbanas quanto rurais (Kraemer, 2006).

Em estudos mais contemporâneos, Nunes e Scherer (2020), evidenciaram que, os avanços conquistados na legislação, embora importante, não são capazes de assegurar o acesso aos direitos sociais, inclusive a assistência social para grande parte da população que vive no meio rural. Nesse sentido, não sendo capaz de romper completamente com a trajetória histórica de negação de direitos sociais no campo, resultando no fenômeno que as autoras chamam de invisibilidade do rural, que implica até hoje, no acesso e no atendimento às demandas da classe trabalhadora que residem no meio rural.

Contudo, nos dias de hoje, apesar dos avanços alcançados, o reconhecimento e a materialização da assistência social como um direito social de todos e dever do Estado, é algo relativamente recente no Brasil, e os estudos que buscam compreender a sua implementação no meio rural mostram-se ainda muito escassos, constituindo um dos motivos para a realização da presente pesquisa.

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A (DES)PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE TEIXEIRAS

Este capítulo explora a dinâmica da política de assistência social em Teixeira, MG, oferecendo uma breve contextualização do território estudado e suas características. Além disso, aborda a organização e funcionamento da política de assistência social no município. O foco recai na caracterização do perfil socioeconômico das famílias residentes na zona rural de Teixeira-MG que foram atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), incluindo a análise da frequência com que os residentes rurais acessam a política de assistência social e os tipos de políticas mais procuradas por essa população. O capítulo também examina a perspectiva dos profissionais do CRAS sobre a abrangência da política de assistência social para a população rural, identificando como os usuários residentes na área rural compreendem o acesso às políticas sociais por meio do CRAS de Teixeira.

3.1 Características territoriais e a Política de Assistência Social no município de Teixeira-MG

O município de Teixeira, fundado em 1938, é localizado no interior do estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, pertencente à microrregião de Viçosa e à mesorregião da Zona da Mata. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo Demográfico 2022, o município possui 166,735 km² de extensão territorial, população estimada de 12.255 pessoas e densidade demográfica de 73,50 hab/km². O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$13.849,90 (IBGE, 2020) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Teixeira era, em 2022, de 0,675, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 a 0,699).

De acordo com o Atlas Brasil, a evolução da desigualdade de renda nas últimas décadas pode ser descrita através do Índice de Gini, instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. O município de Teixeira passou de 0,59, em 2000, para 0,55 em 2010, sendo maior que a média brasileira, que de acordo com o IBGE em 2022 era de 0,544. Essa diminuição sugere uma maior equidade econômica entre os habitantes de Teixeira, o que pode ser resultado de programas sociais, políticas públicas ou avanços econômicos.

Apesar dos valores da renda per capita mensal registrados evidenciarem um crescente aumento da renda no município, há uma constância no que diz respeito às famílias em situação de vulnerabilidade, como demonstrado pelos dados seguintes referentes ao Cadastro Único. A população de Teixeira, considerando o recebimento do Bolsa Família, no período de 2014 a

2017, entre 40,46 - 30,05% era de extremamente pobres no município, entre 68,50 - 57,52% de pobres e entre 72,70 - 78,41% de vulneráveis à pobreza. Além do mais, em 2021, o salário médio mensal de 11,5% da população Teixeirense era de 1,6 salários mínimos, ao passo que, cerca de 40,5% possuía renda mensal de até meio salário mínimo (Atlas Brasil, 2021).

No mais, de acordo com o IBGE, em 2010, aproximadamente 67,13% da população Teixeirense residia em áreas urbanas, enquanto 32,87% vivia em regiões rurais, apresentando taxa de urbanização de 62,33%. Apesar dessa classificação do IBGE que separa rural e urbano, não se pode desconsiderar a inter-relação que existe entre o rural e o urbano. Serra (2017) ressalta que, em espaços urbanos encontramos práticas rurais manifestadas na configuração da paisagem local, à medida que elementos rurais permanecem no ambiente urbano, e vice-versa, evitando uma dicotomia. Isso é especialmente relevante dado o nosso processo sócio histórico, que, ao promover um rápido desenvolvimento urbano em detrimento do rural, resultou em uma modernização conservadora que introduz elementos da industrialização sem superar elementos do rural (Oliveira, 2013).

A interdependência entre as áreas rurais e urbanas em Teixeiras é essencial para o equilíbrio do município, uma vez que a produção agrícola não apenas abastece a cidade, mas também gera oportunidades de emprego (Censo Agropecuário, 2017). Além disso, a economia rural, ao longo dos anos, diversificou-se e adaptou-se às demandas contemporâneas do urbano que se desenvolveu articulado com suas raízes históricas, ou seja, com a história de ocupação da área rural, que remonta aos períodos coloniais, marcada pela agropecuária e o trabalho rural, muitas vezes, informal. A informalidade vai ser determinada pelo rural, em grande medida, pela própria dinâmica do rural (Nunes; Scherer, 2017; 2020).

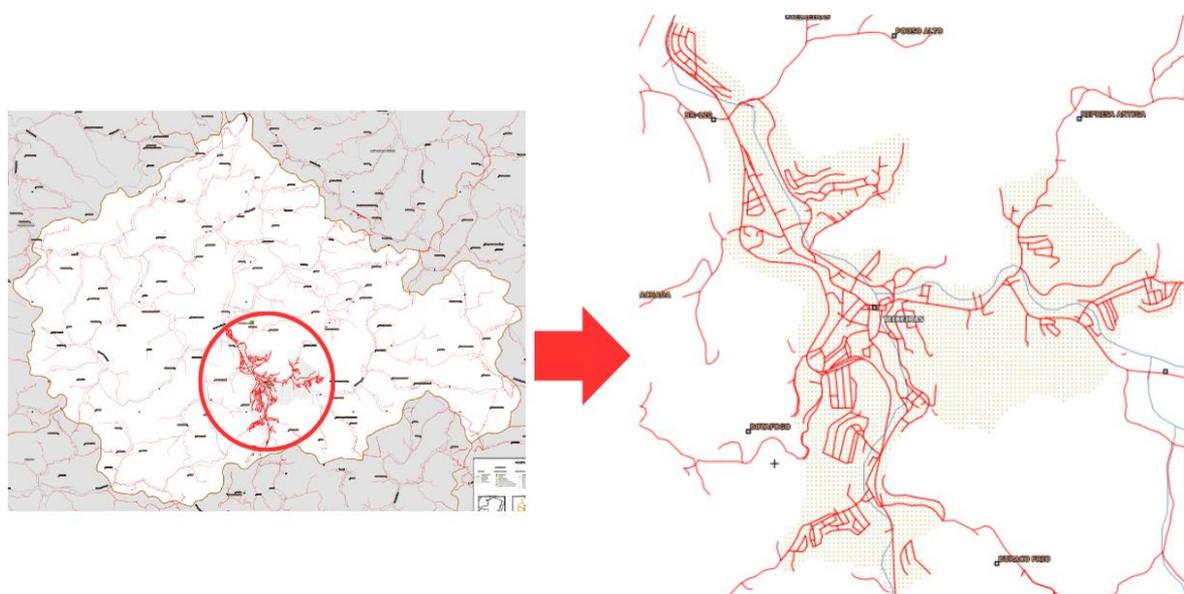
A inserção do Brasil no mercado mundial, enquanto exportador de produtos primários, vai ser determinante da sua condição de dependente. Como um país de economia dependente, o Brasil vai precisar contar com a superexploração e precarização do trabalho, para garantir a acumulação da burguesia nacional. De acordo com Vahdat e Filho (2022), os dados do IBGE demonstraram que no terceiro trimestre de 2021 o Brasil registrou 37,09% de informalidade, sendo especificamente no setor agrícola 66%. Os autores ainda pontuam que, “nas áreas rurais, o principal problema do mercado de trabalho não está na taxa de desemprego, mas na baixa qualidade de muitos empregos, intimamente ligada à sua informalidade” (Vahdat; Filho, 2022, p. 2).

Conforme Oliveira e Mendes (2012, p. 2), o rural e o urbano não caminham isoladamente, mas, possuem certas especificidades. Por isso, esses autores consideram de fundamental importância analisar as especificidades e diferenciações de tais espaços, já que a

pobreza, manifesta de maneira multidimensional, está de forma mais pronunciada nas microrregiões rurais em todos os atributos avaliados, como educação, renda e trabalho (Serra, 2017). Além disso, os dados disponíveis, em sua maioria, não apresentam divisão dessas áreas, acarretando na invisibilidade do rural e suas necessidades.

Essa invisibilidade é evidente ao observarmos a discrepância entre a taxa de urbanização e a extensão territorial da área urbana no município de Teixeira. Embora os dados do IBGE indiquem uma taxa de urbanização superior a 62% em 2019, a área urbana da cidade abrange apenas 2,53 km². Esta disparidade ressalta a predominância das áreas rurais em relação às áreas censitárias urbanas, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Proporção do Centro urbano em relação às Áreas Rurais do Município de Teixeira - MG



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Lembrando que, como posto por Silva (2011, p. 183), o rural e o urbano são termos generalizados para falar de campo e cidade, de maneira que rural e urbano referem-se ao espaço físico, chão e tudo que nele toca, até a identidade das pessoas que ali vivem, incluindo objetos, atividades e o modo de vida dos habitantes.

No município de Teixeira há, conforme dados do IBGE (2021), aproximadamente 76 zonas rurais, enquanto o espaço urbano permanece concentrado no núcleo central da cidade. Dessa forma, é imperativo reconhecer o papel crucial desempenhado pelas áreas rurais de Teixeira na economia e identidade do município. Essas zonas compostas, predominantemente, por fazendas e propriedades agrícolas, têm na agricultura sua atividade central, envolvendo

cultivos como café, cana-de-açúcar, milho, feijão e outros, além da relevância da pecuária, incluindo a criação de suínos e galináceos (Censo Agropecuário, 2017).

Esta pesquisa, alinhada aos princípios estruturantes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), propõe viabilizar uma análise minuciosa das necessidades locais, impulsionando a assistência social tanto em áreas urbanas quanto rurais. Ressalta-se aspectos da territorialização na busca pela equidade de direitos, levando em consideração as disparidades sócio territoriais no município. A concepção territorial reconhece o território como dinâmico, moldado pela influência de seus habitantes, e enfatiza a aplicação da territorialização para orientar políticas eficazes (PNAS, 2004); (Nunes; Scherer, 2017). Nesse contexto, defende que a instalação do CRAS deve ser estrategicamente próxima ao local com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, exigindo dos municípios a identificação desses territórios para aproximar os serviços dos usuários (Santos, 2016).

Como colocado por Pasinato (2011), o CRAS representa o alicerce físico dessa política territorializada, incumbido de atender às demandas das comunidades mediante a produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados, especialmente relacionados às situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social enfrentadas por indivíduos e grupos. O Ministério da Cidadania (2019, *n.p.*) caracteriza o CRAS como “a porta de entrada da Assistência Social”, e, por isso, local público que deve estar localizado, prioritariamente, em áreas de maior vulnerabilidade, ou seja, em áreas “onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade”.

A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais (Brasil, 2019, *n.p.*).

O CRAS em Teixeira, situado no centro da cidade, representa uma adição importante e recente à política de assistência social no município. Inaugurado em 10 de abril de 2007 e com a sede estabelecida em 8 de outubro de 2010, foi classificado como de pequeno porte I, abrangendo até 2.500 famílias referenciadas. Este CRAS, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 17h, é considerado o principal ponto de apoio para a política de assistência social no município.

Segundo relato de uma das funcionárias entrevistadas, a política de assistência social no município de Teixeira funcionava, inicialmente, com a política de saúde e previdência, na prefeitura. A entrevistada disse:

Antes era tudo junto, a assistência era junto com a saúde, era tudo junto, como o passar do tempo, de acordo com cada mandato, cada prefeito que assumiu o cargo, secretário, foi fazendo a separação. Por um bom tempo, a secretaria de assistência funcionou junto com o CRAS, já funcionou na prefeitura. Agora que tem uma melhor separação dos serviços no município, foi importante a separação dos serviços, para atender a população de um jeito melhor (Informação verbal).

A forma de administrar a política de assistência social no referido município foi sendo modificada com a criação do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 971/95. Essa legislação, como um importante marco no processo de regulamentação da política de assistência social, foi parcialmente atualizada em 1996 por meio da Lei nº 996 e, posteriormente, em 2000, pelas Leis nº 1074 e 1075. Com essa legislação, a política de assistência social deixou de ser operacionalizada no mesmo setor onde funcionavam as políticas de saúde e previdência. No entanto, a Secretaria Municipal de Assistência Social passou a funcionar no mesmo prédio que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Programa Criança Feliz e o Cadastro Único.

Em julho de 2022 houve a separação dos serviços socioassistenciais oferecidos no município. A Secretaria de Assistência Social, juntamente com o Programa Criança Feliz, foram transferidos para um novo espaço físico. Assim, a política de assistência social no município é materializada a partir de dois equipamentos. A partir do CRAS, que conta com o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Cadastro Único (CadÚnico). E a partir da Secretaria de Assistência Social, que conta com o Programa Criança Feliz e a recente equipe de Proteção Social Especial (PSE).

Em relação à composição profissional nos serviços oferecidos pelo CRAS de Teixeira, o PAIF conta com uma assistente social e uma psicóloga na equipe de referência; o SCFV dispõe de um educador físico e um estagiário e o Cadastro Único opera, diariamente, com duas profissionais entrevistadoras de nível médio. Completando a equipe, encontramos uma coordenadora, um técnico administrativo (informática), uma profissional encarregada dos serviços gerais, um motorista e duas responsáveis pelos cursos de corte, costura e pintura, ofertados por meio dos referidos serviços.

Com relação à composição profissional da Secretaria de Assistência Social, o Programa Criança Feliz conta com uma assistente social e um entrevistador de nível médio e a equipe de

Proteção Social Especial conta somente com a psicóloga. Completando a equipe desta secretaria, encontramos a secretária municipal de assistência social, uma técnica administrativa e uma estagiária.

De acordo com a psicóloga da PSE, que atuava no SCFV e hoje atua, sozinha, nos casos de alta complexidade, há um notável déficit de profissionais para atender demandas da política de assistência social e uma alta rotatividade de profissionais, que são realocados do CRAS para outros serviços dentro da política de assistência social. Além disso, a funcionária responsável pelos serviços gerais, o técnico administrativo (informática) e o motorista, atuam nas duas casas.

E conforme a assistência social do PAIF, entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023 ocorreu a substituição de duas coordenadoras no CRAS, ambas com experiência prévia em diferentes setores, como serviços gerais, estágio e cadastro único. Esses exemplos destacam tanto a rotatividade de profissionais, quanto a falta de recursos humanos para compor a política social, assim, enfraquecendo o serviço devido à falta de novas contratações. A entrevistada relata:

Porém, vale registrar, que a equipe muda muito. Só nesse meio tempo que voltei de férias tem três funcionários novos. Tem muita rotatividade no equipamento. É difícil dar prosseguimento a um trabalho mais longo. E outra coisa, depende também, porque, ano que vem é ano político, sabemos que isso vai interferir no trabalho (Informação verbal).

Ainda de acordo com a assistente social do PAIF, o edital do processo seletivo público de 2019 (edital 01/2019), destinado para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Teixeira, tem previsão de expirar em novembro de 2023. Atualmente, apenas duas profissionais provenientes desse último processo seletivo permanecem atuando na assistência social. Contudo, não há indicações de um novo processo seletivo em andamento, nem mesmo planos para a contratação de novos profissionais.

Diante dessa realidade, os funcionários contratados expressam preocupações quanto à continuidade e estabilidade da equipe. Essa incerteza pode ter repercussões negativas na eficácia e consistência dos serviços prestados no âmbito da assistência social. Sampaio (2022) destaca que a política de assistência social enfrenta desafios significativos devido à elevada rotatividade de profissionais, associada ao aumento de contratações temporárias e à ausência de concursos públicos para fortalecer os quadros efetivos dos órgãos envolvidos.

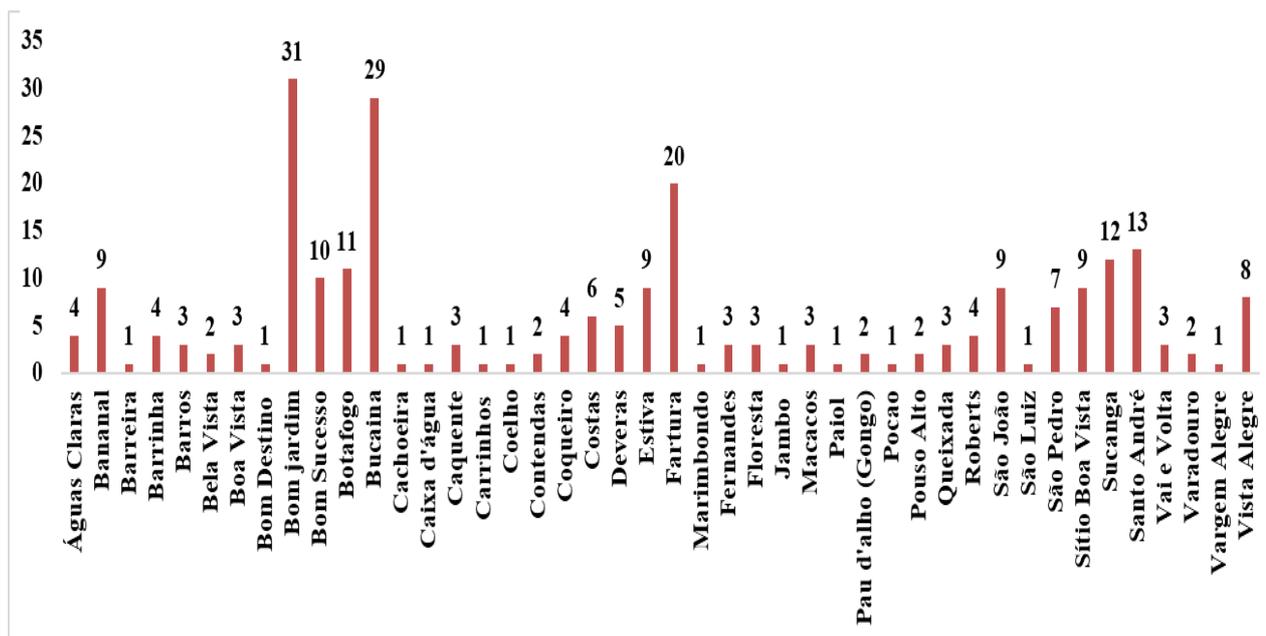
Essa situação deixa evidente a falta de comprometimento do Estado com o estabelecido no artigo 4, VI, da Lei Municipal nº 997/96, que delineia os recursos do Fundo Municipal de

Assistência Social. Esse artigo prevê o financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pelo órgão de administração pública municipal, bem como o desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações sociais. Além disso, destina-se ao desenvolvimento de programas de capacitação e aprimoramento de recursos humanos na área de assistência social.

A ausência de uma organização eficaz da política no município, aliada à considerável rotatividade de profissionais e à carência de contratações, podem comprometer significativamente a qualidade e o funcionamento da política de assistência social. Esses desafios resultam em sobrecarga de trabalho e escassez de recursos humanos, como relatado nas entrevistas, impedindo a implementação efetiva da territorialização da política no município. A falta de tempo e recursos materiais e humanos adequados dificulta a compreensão e o atendimento das reais demandas da população rural que utiliza a política de assistência social, com obstáculo significativo na busca por uma política territorializada, por uma intervenção eficaz e pela oferta de serviços adaptados às necessidades específicas das comunidades rurais em questão.

Diante do exposto, foi realizada uma análise documental a partir de registros das 1.132 famílias atendidas pelo PAIF. Dessas famílias, 824 famílias (72,80%) pertenciam à zona urbana, enquanto 250 famílias (22,10%) residiam na zona rural. Outras 58 famílias (5,10%) apresentavam características diversas que não foram objeto da análise, incluindo usuários de outros municípios, andarilhos, pessoas em situação de rua, sem endereço, entre outros. Além disso, das 76 zonas rurais identificadas no mapa municipal retirado do IBGE (2021), aproximadamente 57,90%, em números brutos, 44 das localidades rurais foram mencionadas como endereço dos usuários.

Gráfico 2 - Número de famílias atendidas pelo PAIF por Área Rural



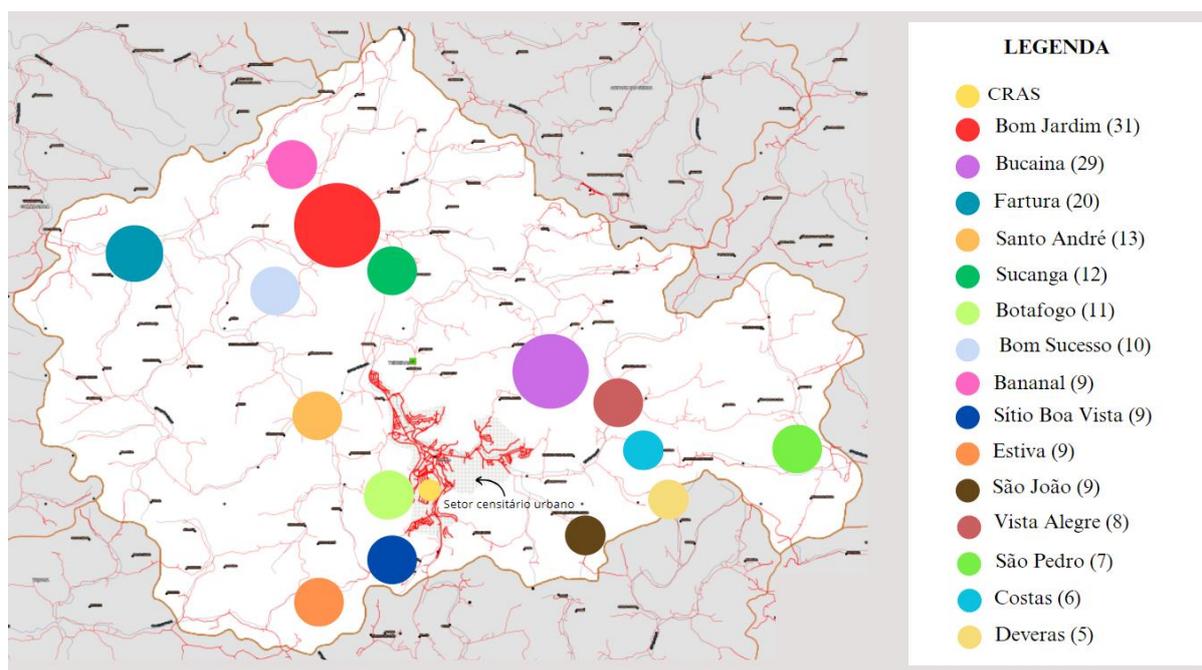
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

O gráfico 1 mostra que do total de 44 áreas rurais do município de Teixeira, 15 foram mais mencionadas. Dentre essas áreas estão: Bom Jardim (31 famílias atendidas), Bucaina (29 famílias), e Fartura (20 famílias). Também mencionadas, embora em menor quantidade, Santo André (13 famílias), Sucanga (12 famílias), Botafogo (11 famílias), Bom Sucesso (10 famílias), Bananal (9 famílias), Sítio Boa Vista (9 famílias), Estiva (9 famílias), São João (9 famílias), Vista Alegre (8 famílias), São Pedro (7 famílias), Costas (6 famílias) e Deveras (5 famílias).

Mesmo que o CRAS tenha atendido mais de 50% das áreas rurais (44 áreas) de Teixeira, poucas famílias foram atendidas nessas áreas. Em 29 dessas áreas foram atendidas apenas entre uma e quatro famílias que foram referenciadas. 12 dessas áreas foram citadas apenas 1 vez, 5 dessas áreas foram citadas 2 vezes, 8 dessas áreas foram citadas 3 vezes e 4 dessas áreas foram citadas 4 vezes. A análise demonstrou também que as famílias foram atendidas de maneira esporádica e sem acompanhamento, tendo em vista que nas pastas familiares constavam, em grande parte, um único atendimento. Além disso, 32 áreas rurais não apareceram nos registros.

Na Figura 3, procurou-se, conforme registros das pastas de atendimentos do PAIF, representar visualmente 15 das áreas com maior número de famílias atendidas, visando identificar a localização territorial dessas regiões.

Figura 2 - Relação de Atendimento do PAIF por Área Rural



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Ao analisar a Figura 2, observa-se que as áreas, independentemente de sua proximidade ou distância do centro da cidade, foram atendidas. Apesar de que, os dados da pesquisa sugerem que a distância e a locomoção podem ser um obstáculo ao acesso da população rural, fato que corrobora com os resultados de Vasconcelos (2015).

Ao examinar os documentos em questão, torna-se evidente que a maioria dos atendimentos registrados, especialmente no que diz respeito à população rural, foram eventos pontuais. Isso sugere que, apesar das referências às áreas, estas apresentam um número reduzido de famílias e atendimentos nas zonas rurais. Ademais, é crucial destacar as limitações dos dados, uma vez que as pastas analisadas se concentram exclusivamente nos atendimentos do PAIF, sem um padrão consistente de registro. Isso se deve ao fato de que as pastas contendo os registros familiares não abrangem todos os atendimentos realizados.

Essa lacuna na documentação, caracterizada pela falta de consistência e organização, pode resultar em subnotificações e na ausência de um controle efetivo dos atendimentos realizados às famílias. Isso se agrava pelo fato de que as pastas familiares frequentemente são alimentadas apenas com fichas de liberação dos benefícios eventuais, o que pode comprometer a integralidade e a precisão das informações disponíveis.

Além disso, visando diminuir a ausência de registros contínuos nos atendimentos dos serviços socioassistenciais, o município introduziu o sistema de Gerenciamento do Sistema

Único de Assistência Social (GESUAS³): Contudo, o programa foi cancelado em um ano, devido à carência de registros efetuados pelos profissionais, apontando para duas possíveis causas. A primeira sugere que os profissionais não se adaptaram completamente ao sistema, conseqüentemente, optando por não utilizar a nova ferramenta, enquanto a segunda causa indica uma elevada demanda de serviços que sobrecarrega os profissionais, assim os impossibilitando de concluir os registros de atendimento no sistema.

Sampaio (2022), partindo do princípio da territorialidade e na perspectiva da produção de informações, defende que os registros se constituem enquanto importante ferramenta para a materialização da política e para promoção da proteção social, tendo em vista que o controle dos atendimentos é fundamental para o bom funcionamento da política e dos serviços prestado. Pois, quando se tem um diagnóstico a partir da documentação, que estabelece monitoramento e avaliação dos serviços, pode definir mais precisamente os objetivos a serem alcançados, de maneira consistente com as demandas da população assistida.

Assim, para uma compreensão abrangente do alcance da política de assistência social no município, é essencial dar voz não apenas aos profissionais que a executam, mas também aos usuários da zona rural. As falas e experiências desses dois grupos fornecem perspectivas valiosas que enriquecem a compreensão das nuances e desafios enfrentados na materialização da política social. Portanto, o cruzamento das narrativas dos profissionais e dos usuários é crucial para identificar lacunas, promover melhorias e assegurar que a assistência social atenda efetivamente às necessidades da população rural de Teixeira-MG. Ao integrar essas vozes no processo de avaliação e desenvolvimento das políticas sociais, podemos construir uma política mais sensível e eficaz, alinhada às realidades e demandas específicas do meio rural, como as apresentadas nos capítulos subsequentes.

3.2 Descrição do perfil socioeconômico das famílias residentes da zona rural atendidas pelo CRAS de Teixeira-MG e a percepção dos usuários sobre o acesso às políticas de assistência Social

Esta fase da pesquisa buscou apresentar os aspectos sociais, econômicos e habitacionais, juntamente com as perspectivas e dificuldades de acesso à política de assistência social de seis

³ O GESUAS é um software utilizado pela equipe de referência da assistência social para cadastrar e acompanhar famílias, bem como registrar benefícios e auxílios. Essa ferramenta visa integrar o equipamento à rede socioassistencial do município, proporcionando maior controle e durabilidade da documentação (GESUAS, 2015).

(6) usuários residentes na zona rural do município de Teixeira, MG. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas direcionadas por roteiros semiestruturados, que abordaram temas como o perfil socioeconômico, a frequência de acesso à política de assistência social e os tipos de políticas mais utilizadas por essa população. Além disso, exploraram as percepções dessas famílias sobre o acesso à política de assistência social em Teixeira, especificamente por meio do CRAS local. Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente da realidade e dos desafios enfrentados por esses participantes para acessar a mencionada política, contribuindo assim para uma análise mais completa da situação.

Diante disso, buscou caracterizar os participantes no que diz respeito ao gênero, raça/cor, idade e escolaridade, onde no grupo dos seis (6) informantes negros, a maioria (quatro casos) é do sexo feminino, com idade entre 44 e 65 anos, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil social e educacional dos entrevistados

Participantes	Gênero	Idade	Raça/cor	Escolaridade
E1	Mulher	51	Parda	EF I incompleto (1ª série)
E2	Mulher	57	Parda	EF I incompleto
E3	Homem	58	Pardo	EF I incompleto (4ª série)
E4	Homem	65	Pardo	Sem escolaridade
E5	Mulher	44	Parda	EF I incompleto (3ª série)
E6	Mulher	59	Preta	Sem escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Essa constatação alinha-se com as descobertas de Marino e Brito (2017) e Moljo; Parreira e Ramos (2019), que indicaram em suas pesquisas que os benefícios e serviços da Política de Assistência Social são predominantemente acessados por mulheres, que segundo Marino e Brito (2017, p. 5) está relacionado ao caráter familista das políticas sociais, mais especificamente, da Política de Assistência Social, uma vez que “o modelo familista das políticas sociais reforça as desigualdades de gênero à medida que aumenta a responsabilidade da mulher na proteção familiar”.

Conforme o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de 2018, a partir dos dados registrados no Cadastro Único (CadÚnico), no contexto das quase 14 milhões de famílias beneficiadas pelo PBF, mais de 90% das chefias familiares são lideradas por mulheres, sendo que, quando consideramos a dimensão racial, 75% dessas mulheres são negras. Ainda com base nesse relatório, segundo o Sistema de Informações do programa SCFV as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade incidem, sobretudo, nas pessoas negras.

Quanto à faixa etária dos participantes, observa-se que o público alvo residentes da zona rural que recorre a Política de Assistência Social é relativamente mais maduro. A maioria dos entrevistados encontra-se em uma faixa etária próxima ou já atendem aos requisitos para a solicitação da aposentadoria rural, considerando a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, tempo inferior em comparação com os trabalhadores urbanos (Vasconcelos, 2015).

De acordo com os informantes a aposentadoria é um desafio, uma vez que, mesmo que eles tenham trabalhado desde de à infância, como é o caso de todos os entrevistados, suas atividades laborativas sempre foram de maneira informal, onde a comprovação do tempo de trabalho é muito difícil. Embora existam meios que atuam na regularização da situação dos trabalhadores rurais, como é o caso dos sindicatos dos trabalhadores rurais, não há garantia.

Nesse contexto, Nascimento (2019), destaca que entre as principais dificuldades enfrentadas pela população rural na busca pela aposentadoria, está o tardio reconhecimento dos direitos desse segmento populacional, uma vez que, os direitos da população rural somente foram reconhecidos a partir da Constituição de 1988. O autor também ressalta a falta de instrução e desinformação como obstáculos significativos, uma vez que muitos trabalhadores não possuem conhecimento sobre a necessidade de comprovar a atividade rural para obter benefícios previdenciários. A obtenção de documentos probatórios é retroativa, tornando-se especialmente uma questão desafiadora para aqueles que não são proprietários de terras, mas vivem de favor nas terras de outros, como é o caso da entrevistada 6, nas palavras dela, “sempre moramos nas terras dos outros”.

Assim, as dificuldades enfrentadas, ao buscar a aposentadoria pela previdência social rural, levam os trabalhadores rurais a recorrerem ao CRAS para tentar acessar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por idade ou invalidez, tendo em vista que os entrevistados 1 e 4, alegaram não ter condições físicas para o trabalho na roça. Além disso, segundo o entrevistado 4, já tentou procurar o sindicato rural do município para se aposentar, mas não obteve resposta positiva.

Dos seis entrevistados que se autodeclararam negros (sendo 5 pardos e 1 preto), todos compartilharam a experiência de não terem concluído o ensino básico. Dois (2) entrevistados não estudaram e os outros informantes (quatro casos) não completaram as séries iniciais do ensino fundamental. Desses que chegaram a ingressar no ensino regular, alguns relataram saber ler e escrever, minimamente.

Segundo Moura (2019), a não inclusão da força de trabalho negra no modo de produção capitalista perpetuou a inferiorização dos negros, não apenas como trabalhadores, mas em todos os aspectos sociais, refletindo uma ideologia racista arraigada. Por esse motivo, o autor compreende que a mobilidade social para o negro descendente de negros escravizados é inviabilizada pelos mecanismos criados como estratégia de dominação pelas classes dominantes, fazendo com que a população negra, em sua maioria, permaneça em situação de vulnerabilidade.

Os dados demonstram que a breve trajetória escolar dos entrevistados estava relacionada às condições objetivas de vida desses sujeitos. Dentre os principais motivos que impossibilitou a continuidade da educação formal estão, conforme os entrevistados, as agressões sofridas no âmbito escolar (E1); os problemas de saúde incapacitantes para o estudo (dores fortes de cabeça), (E4) e, principalmente, a necessidade de inserção no mundo do trabalho para complementar a renda familiar. Isso está de acordo com os estudos Vasconcelos (2015), uma vez que entre seus achados destaca-se entre os principais fatores de interrupção dos estudos, a necessidade de trabalhar para ajudar financeiramente os pais, mesmo que de maneira informal.

De acordo com os entrevistados, eles tiveram que começar a trabalhar ainda na infância. Todos ingressaram no mercado de trabalho antes dos 12 anos de idade, ou seja, numa fase destinada a atividades como estudar e brincar. Essas falas dos entrevistados evidenciam o trabalho infantil naturalizado no contexto social desses informantes. Fenômeno que é explicitado nos estudos de Correia (2018), que ressalta que essa realidade é muito comum, principalmente, em municípios pequenos e de predominância agrícola, onde apresenta-se de forma mais enraizada na cultura local passada de geração em geração.

Muitas vezes, o padrão cultural que permeia determinadas comunidades passa despercebido pelas autoridades públicas e pelos gestores das políticas públicas, sobretudo nos municípios de pequeno porte. Nestas localidades, elementos culturais raramente são problematizados em suas ações, o que acaba por permitir a perpetuação de práticas que exigem uma reflexão mais profunda, especialmente no que diz respeito aos efeitos prejudiciais do trabalho infantil.

É crucial abordar essa realidade como um crime grave. Contudo, vale ressaltar que a falta de atenção do Estado não se limita apenas à omissão na condenação do trabalho infantil, mas também se estende à ausência de suporte necessário aos trabalhadores e produtores rurais. Estes, muitas vezes, se veem compelidos a recorrer ao trabalho infantil como meio de garantir a subsistência de suas famílias, como apontado por Correia (2018). Os dados alarmantes do Censo Agropecuário de 2017 revelam uma situação preocupante: aproximadamente 580 mil crianças e adolescentes, com idade até 13 anos, foram identificados desempenhando atividades laborais em estabelecimentos agropecuários. Essa realidade demanda uma análise cuidadosa e a implementação de medidas eficazes para reverter esse quadro e promover condições dignas para a infância no meio rural.

Outras informações apreendidas, nas entrevistas com os seis informantes, dizem respeito à composição familiar, à renda mensal, ao número de membros que contribuem financeiramente para as despesas domiciliares e aos tipos de ajuda externa, como descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Composição familiar e situação econômica dos entrevistados

Participantes	Renda mensal (R\$)	Membros na família	Número de pessoas contribuições para despesas da casa	Recebe alguma ajuda?
E1	600,00 Reais	1	1	Não
E2	—	4	4	Sim
E3	—	1	1	Não
E4	—	1	1	Não
E5	600,00 Reais	2	1	Não
E6	—	1	1	Não

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No tocante às condições econômicas dos participantes, dois entrevistados (n° 2 e 3) não souberam especificar seus rendimentos mensais, pois exercem atividades remuneradas apenas esporadicamente; dois entrevistados (n°1 e 5) disseram possuir renda mensal de aproximadamente meio salário mínimo (600 reais) e dois entrevistados (n°4 e 6) declararam estarem atualmente sem renda. Essas informações estão de acordo com os dados supracitados nas seções anteriores. Conforme as estatísticas do Atlas Brasil, em 2021, o salário médio mensal

de 11,5% da população Teixeirense era de 1,6 salários mínimos, ao passo que, cerca de 40,5% possuía renda mensal de apenas meio salário mínimo.

Os resultados obtidos sugerem uma renda que torna difícil manter as despesas familiares mensais, tendo em vista que dois dos entrevistados não possuem renda e os que possuem tratam-se de um valor muito baixo para manter as necessidades dessas famílias. Segundo os entrevistados, eles precisam arcar com diversas despesas mensais, como luz elétrica, alimentação, vestuário, transporte e especificamente gastos com saúde, consultas e remédios, na maioria dos casos sem auxílio externo, de familiares e parentes.

Ainda referente a origem da renda familiar, os entrevistados que declararam obter renda de atividades esporádicas na “roça”, recebem principalmente em épocas de colheita. Essas atividades não estão disponíveis todo tempo, trata-se de algo sazonal, dependente das condições climáticas, período de colheita, podem ser bastante instáveis, podendo deixar esses trabalhadores rurais por um longo período sem renda. Segundo Vasconcelos (2015), essa forma de trabalho informal pode levar esses trabalhadores rurais a recorrerem aos programas de transferência de renda ou ao CRAS, em busca dos benefícios eventuais.

Nesse sentido, os dados da pesquisa demonstraram que todos os entrevistados eram beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência de renda do Governo Federal, destinado às famílias cadastradas no CadÚnico, com renda per capita de até R\$ 218,00, de acordo com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. No entanto, 4 dos entrevistados tiveram seus benefícios bloqueados os deixando sem renda mensal fixa.

Ainda sobre a origem da renda das famílias entrevistadas, a situação dos entrevistados 4 e 6, que se encontram atualmente sem renda, mostra-se mais grave, tendo em vista que os respondentes alegaram já estarem em uma idade avançada, que os impede de continuar trabalhando na “roça”, além do fato de ainda não terem obtido a aposentadoria. Essa condição os coloca em uma condição de extrema vulnerabilidade, especialmente considerando que também tiveram o benefício do Bolsa Família cortado.

Conforme comunicado do MDS (2023), a concessão de benefícios do PBF para as famílias unipessoais foi limitada a 16% por município sob justificativa do Governo Federal de necessidade de corrigir distorções e fraudes, exigindo atualização dos cadastros unipessoais nos municípios brasileiros. Fato este que resultou em bloqueios do benefício para muitas famílias brasileiras enquadradas no regime de família unipessoal.

Ademais, como exposto na Tabela 2, no que se relaciona ao núcleo familiar, a média de membros por domicílios rurais entrevistados na pesquisa é de aproximadamente 1,67 pessoas. A maioria (quatro casos) dos informantes mora sozinho (famílias unipessoais); o entrevistado

dois mora com mais três pessoas (irmã, cunhado e sobrinho) e o entrevistado cinco mora com sua filha. No que diz respeito ao número de pessoas que contribuem com as despesas da casa, apenas um entrevistado alegou receber ajuda financeira com os gastos domésticos, tendo em vista que a maioria dos entrevistados moram sozinhos, e não recebem ajuda externa para se manterem, seja de amigos e parentes.

Esta pesquisa traz, também, informações sobre as condições habitacionais e de deslocamento dos informantes. Os dados incluem a área rural de residência, o tipo de moradia, o tempo de residência na região e o tempo aproximado de deslocamento até o CRAS, como descrito na tabela 3.

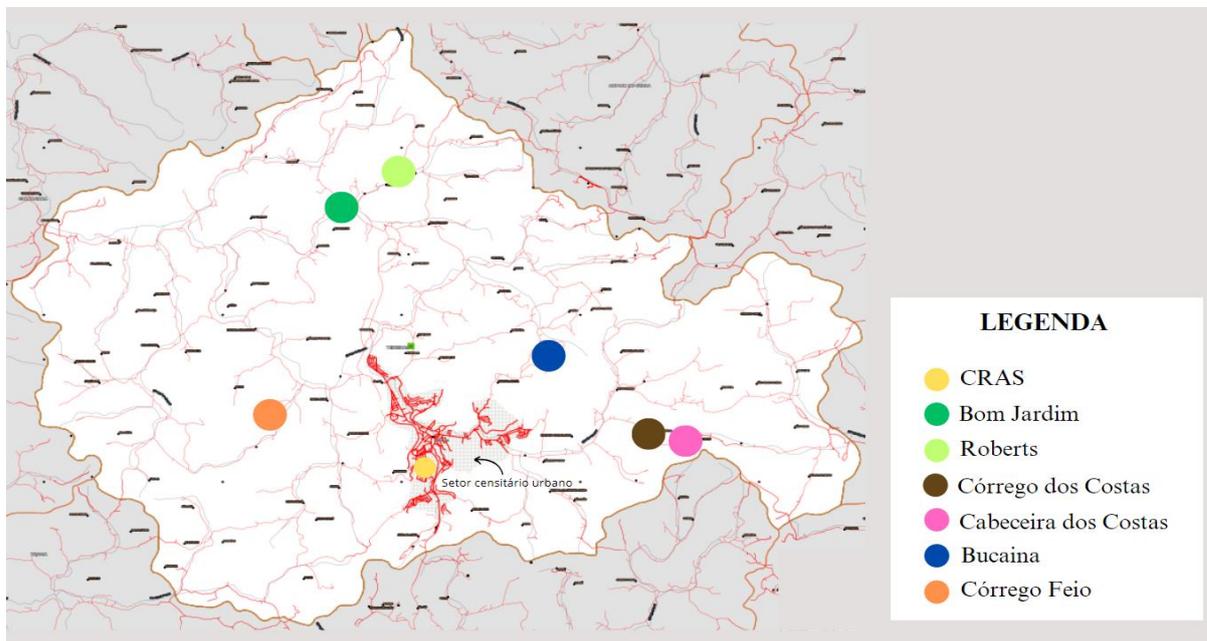
Tabela 3 - Características residenciais e de deslocamento dos entrevistados

Participantes	Área rural em que reside	Tipo de residência	Tempo de residência na zona rural (anos)	Tempo aproximado de deslocamento até o CRAS
E1	Bucaina	Própria	51 anos (A vida toda)	1 hora e 30 Minutos (A Pé)
E2	Córrego dos Costas	Cedida	57 anos (A vida toda)	30 Minutos (Bicicleta)
E3	Bom Jardim	Própria	58 Anos (A vida toda)	15 Minutos (Moto)
E4	Cabeceira dos Costas	Cedida	65 Anos (A vida toda)	20 Minutos (Ônibus)
E5	Roberts	Própria	44 Anos (A vida toda)	30 Minutos (Ônibus)
E6	Córrego Feio	Cedida	59 Anos (A vida toda)	20 Minutos (Ônibus)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No que se refere a área de residência dos participantes, percebe-se que os seis entrevistados moram em diferentes áreas rurais entre as 76 áreas rurais reconhecidas no município de Teixeira, incluindo Bucaina, Córrego dos Costas, Bom Jardim, Cabeceira dos Costas, Roberts e Córrego Feio. Nota-se que a maioria (4) dos entrevistados reside em áreas mais próximas ao centro urbano do município, com exceção das famílias que vivem em Bom Jardim e Roberts, localidades mais periféricas geograficamente, conforme evidenciado no Figura 3.

Figura 3 - Áreas Rurais em Relação a Localidade de Residência dos Usuários



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No que diz respeito à moradia, metade dos entrevistados reside em casa própria, enquanto a outra metade ocupa residências cedidas por parentes ou amigos. Todos relataram sempre ter vivido nas regiões rurais do município de Teixeira. Três (3) informantes tinham que contar com ônibus, para chegar na área urbana. Os outros três informantes iam para a área urbana de moto, de bicicleta ou a pé. Outro ponto relevante é a variação significativa no tempo médio de deslocamento, especialmente entre diferentes localidades.

Destacam-se as regiões rurais mais próximas do centro da cidade ou próximas de rodovias e rotas de ônibus escolar e intermunicipais, o que facilita o transporte. No entanto, durante os períodos de chuva, o deslocamento torna-se praticamente inviável, conforme relatado pelos entrevistados. Dessa forma, a questão da locomoção, entre outras problemáticas, muitas vezes torna-se um obstáculo significativo para que os usuários das áreas rurais acessem

efetivamente a política de assistência social. Essas questões serão detalhadas a seguir, baseando-se nos relatos dos entrevistados.

Partindo das discussões sobre as características socioeconômicas dos entrevistados, procurou-se compreender a frequência com que os usuários residentes das áreas rurais de Teixeira, acessam os serviços de assistência social no CRAS, identificando também os tipos de serviços mais utilizados por essa população, além de analisar suas percepções em relação a esse acesso.

Inicialmente, foi perguntado sobre como tomaram conhecimento da existência do CRAS no município e se já utilizaram os serviços do equipamento em outra localidade, os resultados evidenciaram um padrão consistente. Nesse sentido, todos os entrevistados afirmaram ter conhecido a instituição por meio de indicação de terceiros, utilizando o termo popularmente conhecido como “boca a boca”, especialmente quando necessitaram de algum serviço socioassistencial, e também relataram somente ter utilizado os serviços do CRAS no próprio município.

Esses achados indicam o baixo ou a ausência de esforços institucionais e municipais para divulgar os serviços do CRAS de forma proativa, especialmente para a população da zona rural do município. Tendo em vista que, a disseminação de informações por meio de contatos pessoais se mostrou o principal canal de acesso às informações sobre o equipamento. O que pode resultar em limitações no alcance dos serviços no município referenciado, principalmente nas áreas rurais e, conseqüentemente, na diminuição do acesso, não devido à falta de demanda, mas sim, em razão da carência de informação.

Nesse contexto, as razões que levaram os entrevistados a buscar inicialmente o CRAS estão vinculadas a fatores relacionados à incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, como o desemprego sazonal, limitações físicas e idade avançada. Essas vulnerabilidades foram vivenciadas pelos entrevistados, impulsionando sua busca pelos serviços oferecidos pelo CRAS, conforme evidenciado na seguinte declaração sobre as dificuldades no trabalho rural: “é que serviço de roça hoje em dia tá difícil demais também, né? essas máquinas aí tudo, nos encosta, né?” (Entrevistado 3).

Diante dessa realidade exposta, tanto pelas condições de trabalho dos entrevistados quanto na busca pela assistência social no município, destaca-se os apontamentos de Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 46),

Diante do desemprego estrutural e da redução das proteções sociais decorrentes do trabalho, a tendência é a ampliação dos que demandam o acesso a serviço e benefícios de assistência social. São trabalhadores e suas famílias que, mesmo exercendo

atividades laborativas, têm suas relações de trabalho marcadas pela informalidade e pela baixa renda. Em uma conjuntura social adversa, é relevante analisar o significado que os serviços e benefícios sociais como o Bolsa Família ou aposentadoria rural nas economias locais, especialmente nos pequenos municípios dependentes da agricultura, que em muitos casos constituem as mais significativas fontes de renda a movimentar o mercado interno de bens e serviços essenciais.

Dessa maneira, quanto ao acesso dos entrevistados às políticas, programas ou serviços oferecidos pelo CRAS, os dados coletados na pesquisa demonstraram que todos os entrevistados já utilizaram ou estão atualmente utilizando alguns dos serviços oferecidos. Dentre os serviços mais utilizados, todos os 6 entrevistados afirmaram terem acessado o “bolsa família”, lembrando que, o PBF, não diz respeito a um serviço ofertado no CRAS, mas sim, a um programa de transferência de renda do governo federal que tem entre suas condicionantes de acesso, o CadÚnico. Essa realidade vai de encontro com os resultados de Araújo (2019, p. 5), pois a autora aponta que, os usuários “têm conhecimento parcial dos serviços em que estão inseridos (as), associando o CRAS aos benefícios que acessam, com destaque para programas como Bolsa Família e o aluguel social.

De acordo com o NOB-RH/SUAS (2011), esse serviço não é tipificado como um dos serviços garantidos na proteção social básica no âmbito do SUAS. No entanto, na realidade do município analisado, o CadÚnico tem funcionado dentro do CRAS, de modo que fisicamente e na percepção dos usuários, o mesmo integra os serviços do equipamento. Ademais, 2 dos participantes alegaram já ter acessado o PAIF, com a finalidade de conseguir informações e iniciar o processo de requisição do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Adicionalmente, 3 participantes confirmaram já ter recorrido aos Benefícios Eventuais, com ênfase na obtenção de cestas básicas e auxílio financeiro.

Nesse sentido, além do Bolsa Família, os Benefícios Eventuais e o BPC emergem como os serviços mais demandados, segundo a perspectiva dos entrevistados. Conseqüentemente, de acordo com as suas avaliações, esses são considerados os recursos mais relevantes disponibilizados pelo CRAS para atender às necessidades da população rural assistida no município. Conforme apontado por Vasconcelos (2015), em contextos de vulnerabilidade, são disponibilizados dois tipos de benefícios: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os Benefícios Eventuais, integrando a proteção social básica, dentro da modalidade de programas de transferências de renda, conforme estabelecido pelo LOAS.

No entanto, conforme relatado pelos entrevistados, a busca pelos serviços do CRAS ocorre de forma esporádica, limitando-se a situações específicas, principalmente para a atualização ou algum problema relacionado ao Cadastro Único e para acessar benefícios eventuais, como a obtenção de cestas básicas, quando estão disponíveis e os usuários são

informados. Nesse cenário, nota-se a baixa frequência em que os usuários da zona rural procuram pelos serviços e a falta de um acompanhamento contínuo das situações de vulnerabilidade apresentadas por esses sujeitos, tendo em vista que, a procura pelos serviços e benefícios se resumem em atendimentos pontuais.

No que se refere ao conhecimento dos entrevistados sobre as demais políticas, programas e serviços ofertados pelo CRAS, todos os entrevistados demonstraram desconhecimento. Em resposta à indagação, 3 afirmaram ter ciência apenas da existência de outros serviços, sem, contudo, possuir informações detalhadas acerca de seus objetivos e funcionamento. De acordo com as palavras da entrevistada 6,

Não conheço, nunca me informaram quais serviços tinha aqui, a gente ficava sabendo que um ou outro vizinho *ganhou*, mas ninguém nunca nos informou onde é, o que tinha que fazer, onde tinha que procurar, nada, para conseguir uma cesta básica, alguma coisa desse tipo. Eu nunca ficava sabendo o que eu tinha que fazer pra mim *ganhar* também (Informação verbal, grifo nosso).

Nessa afirmação, nota-se que a consolidação da visão da política de assistência social como um direito estabelecido pela PNAS (2004), ainda não foi plenamente alcançada, onde as marcas históricas do conservadorismo e do assistencialismo ainda estão presentes, como pontuado por Araujo (2019, p. 5),

A percepção da Política expressa as marcas históricas da destituição e da subalternidade reveladas na dificuldade dos usuários e usuárias, sobretudo da área rural em falar sobre a Política de Assistência Social. As compreensões manifestadas se deram a partir da perspectiva dos serviços que acessam, manifestando mais a compreensão da “ajuda” do que do direito e, geralmente, associada aos serviços ofertados pela Política no CRAS.

Ainda em relação ao conhecimento dos usuários sobre os serviços oferecidos, uma outra entrevistada (E2), ao ser questionada sobre o diálogo com técnicos do CRAS acerca dos programas disponíveis, relatou não ter recebido qualquer orientação ou esclarecimento por parte da instituição sobre essa questão. Ela alegou que, embora ocasionalmente tome conhecimento de oficinas ou cursos, tais informações são obtidas de maneira informal, reforçando a falta de uma comunicação do CRAS com os usuários da zona rural.

Esta falha na comunicação do equipamento com os usuários, pode resultar em limitações do acesso e em exclusão. Além disso, pode perpetuar atitudes e comportamentos conservadores e paternalistas, relegando a assistência social novamente ao âmbito da “ajuda” da caridade e da filantropia, fazendo com que, os entrevistados não compreendam a assistência social, os serviços e benefícios que acessam enquanto um direito de cidadania.

Diante dessas percepções, torna-se evidente a necessidade de uma revisão nas estratégias de comunicação e divulgação adotadas pelo CRAS de Teixeira. A ausência de informações claras e acessíveis impactam diretamente na eficácia da política de assistência, comprometendo a inclusão e o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços disponíveis no referido equipamento. Por exemplo, segundo relatos, quando o equipamento tem cesta básica, a população rural é a última a saber, principalmente se não tem nenhum parente que mora na área urbana para avisar, pois o equipamento não informa.

Por esse motivo, Nunes (2018) destaca a importância de fornecer informações aos usuários sobre seus direitos de maneira eficaz que venha potencializar a garantia dos mesmos, tendo em vista que, para a população rural, o PNAS (2004, p. 33) prevê que “contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural” é fundamental.

No entanto, é notável uma lacuna na implementação da diretriz da territorialização por parte do CRAS. Pois, de acordo com as falas dos usuários entrevistados, os dados sugerem que o equipamento não reconhece a extensão de seu território de atuação, uma vez que não parece haver um mapeamento das demandas da população rural que sempre é a última a saber e utilizar os serviços ofertados. Além disso, podemos observar que mesmo os usuários que conseguem acessar o referido equipamento, não são informados sobre os demais serviços disponíveis que poderiam vir a colaborar para a mudança do quadro de vulnerabilidade social vivenciado, respeitando as normas de acesso do PNAS que devem ser equitativas.

Seguindo essa linha de raciocínio, estudiosos como Kraemer (2006) e Nunes e Scherer (2017) destacam a relevância da territorialização. Essa abordagem é uma concepção incorporada nos princípios fundamentais da PNAS e do SUAS, sendo considerada uma estratégia essencial na promoção da equidade de direitos e assegurando o acesso à assistência social de maneira não discriminatória, tanto para as populações urbanas quanto rurais.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos entrevistados, tanto para acessar o CRAS, quanto para acessar os serviços oferecidos, especialmente enquanto residentes da zona rural, algumas questões merecem destaque com base nas falas dos participantes. Entre as principais dificuldades mencionadas, a distância se revela como um desafio significativo, uma vez que alguns dos entrevistados moram em áreas onde o transporte não é facilitado, e as condições adversas das estradas rurais agravam essa situação, principalmente em épocas de chuva. Adicionalmente, problemas de saúde foram apontados por dois entrevistados como um obstáculo, especialmente para aqueles em idade mais avançada.

Mesmo os entrevistados que relataram não possuir dificuldades em acessar o CRAS, quando questionados se os demais moradores da zona rural poderiam compartilhar ou encontrar outras dificuldades para acessar o referido serviço, a distância foi reafirmada como um desafio preponderante, sendo apontada por diversos entrevistados, como podemos ver na fala do entrevistado 3: “É, às vezes alguns enfrentam, a gente não sabe, né? Às vezes por causa da distância não conseguem ficar vindo assim, né?”. A entrevistada 2 ainda diz,

Bastante [dificuldade], a distância, muitas das vezes não dá pra vir, porque tem dificuldade para andar [...] as pernas doem, é muito longe [...] aí a gente espera o ônibus passar, mas não passa, só passa o ônibus da escola que às vezes dá carona [...] e tem lugar muito pior de onde lá que eu moro, viu?” (Informação verbal).

Nesse contexto, para além do que foi posto, a escassez de informações também se mostrou enquanto dificuldade, pois como supracitado, a falta de informação também foi identificada como um fator limitante, uma vez que as informações sobre benefícios, projetos, eventos, palestras e campanhas promovidas pelo CRAS, não chegam até eles. “Fico [sabendo] não. Ninguém vai lá avisar que está tendo palestras, está tendo eventos. Eles não falam não”. Esta comunicação precária sobre o funcionamento da política de assistência social no município contribui para a sensação de exclusão, especialmente para aqueles que moram em áreas rurais mais periféricas. Dessa forma, a voz dos entrevistados destaca a importância de abordar não apenas a questão geográfica, mas também as barreiras logísticas e de comunicação que a população rural enfrenta ao buscar assistência no CRAS.

Por conseguinte, em relação à adequação dos serviços oferecidos às necessidades da população rural, 2 entrevistados responderam que não está adequado. Uma entrevistada destacou a dificuldade de acessar o CRAS devido à distância e sugeriu a necessidade de um meio de transporte, especialmente para aqueles com limitações físicas, somada ao relato de outra entrevistada que comentou a falta de iniciativa para buscar, ou quando busca, é em horários pouco acessíveis. Essas observações indicam uma lacuna na acessibilidade que poderia ser abordada para melhor atender às necessidades da comunidade rural, tendo em vista que pela tipificação dos serviços socioassistenciais da NOB-RH/SUAS (2011), é necessário que haja o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Para mim seria bom ter um carro para ir lá me buscar, como no meu caso eu tenho problema na perna, fica difícil para mim vir até aqui, me ajudaria muito. Uma vez eu precisei da ajuda, eles arrumaram o carro pra mim uma vez para 5 horas da manhã, para pegar aqui. [...] Eu pensei, “como vou sair lá da Bucaina 4 horas da manhã?”(Informação verbal, entrevistada 1).

Em relação a satisfação dos entrevistados com o atendimento realizado e com as políticas, os programas e os serviços ofertados pelo CRAS, todos os participantes demonstraram contentamento, no que diz respeito ao trabalho realizado, enfatizando que sempre foram bem atendidos. Em contraste, os dados da pesquisa mostraram que os entrevistados divergiram em suas perspectivas quanto à satisfação com as políticas, programas e serviços oferecidos pelo CRAS, enquanto 3 reafirmaram sua satisfação, 3 afirmaram não estarem satisfeitos com os serviços oferecidos, relacionando à insuficiência dos serviços em auxiliá-los em suas reais necessidades.

A partir dessas respostas, a análise revela que a satisfação dos usuários entrevistados estava intimamente ligada ao Programa Bolsa Família (PBF). Notou-se que três entrevistados que tiveram seus auxílios cortados manifestaram insatisfação, indicando que a avaliação do serviço estava restrita às expectativas imediatas dos usuários, sem uma consideração mais ampla dos projetos, programas, serviços e da política de assistência social como um todo. Além disso, os entrevistados que perderam sua única fonte de renda não receberam alternativas do serviço, uma vez que os Benefícios Eventuais, na época da pesquisa, estavam suspensos devido à falta de recursos financeiros do município, conforme informado pelos técnicos da instituição.

Por fim, foi pedido para que os entrevistados avaliassem e dessem sugestões de melhoria do serviço, cujo maioria dos entrevistados expressou uma avaliação geral positiva. Ao considerar as sugestões para aprimorar a efetividade e o acesso aos serviços oferecidos pelo CRAS, uma entrevistada destacou a necessidade de um transporte específico para aqueles que enfrentam problemas de saúde, esta é uma sugestão prática e concreta que merece atenção. A disponibilização de um serviço de transporte para a população rural, especialmente para indivíduos com condições de saúde delicadas, pode ser uma medida eficaz para garantir o acesso universal aos serviços do CRAS. No mais, fora essa sugestão, não houveram outras, pois os entrevistados sentiram dificuldade de pensar em outras estratégias.

Infelizmente, as respostas dos usuários entrevistados revelaram-se extremamente vagas, apontando para possíveis lacunas que podem ser reflexos da baixa escolaridade dos usuários, pelo conhecimento restrito sobre a política e os serviços socioassistenciais presentes no município, e o próprio caráter assistencialista que afasta a política da perspectiva de direito. De acordo com Nunes (2018), os serviços, programas e projetos disponibilizados pelo CRAS desempenham um papel crucial para a população na área rural, uma vez que muitos usuários que buscam assistência carecem de conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los. Assim, o CRAS, atua como uma “porta de entrada” para diversos serviços, sobre formas de acesso a

benefícios, serviços, programas e projetos, tanto da Política de Assistência Social quanto de outras políticas setoriais.

Por esses motivos expostos, destaca-se a necessidade de revisão nas estratégias de comunicação do CRAS de Teixeira, sublinhando a importância da clareza e acessibilidade das informações para garantir a eficácia das políticas sociais e promover a inclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Pois, apenas a partir do conhecimento dos usuários residentes do meio rural sobre a política de assistência social é que será possível o fornecimento de feedback detalhado, a fim de que melhorias necessárias sejam identificadas e implementadas de maneira eficaz para a população rural. O diálogo aberto e transparente entre a comunidade e o CRAS é crucial para fortalecer os laços e garantir que os serviços atendam plenamente às necessidades da população rural de Teixeira.

3.3 Alcance da política de assistência social para a população rural sob a perspectiva dos profissionais que a operacionalizam

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar a perspectiva de 5 profissionais⁴ envolvidos na operacionalização da política de assistência social no município de Teixeira. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro composto por quatro partes distintas. Inicialmente, buscou-se caracterizar o perfil desses profissionais, para que em seguida, fosse abordada a organização dos serviços, programas e projetos. Na terceira parte foi perguntado a frequência com que os usuários residentes na área rural de Teixeira acessam a política de assistência social, bem como os tipos de políticas mais procuradas por essa população. Por fim, explorou-se a percepção desses profissionais sobre a população rural do município e o acesso destes usuários à política de assistência social.

Nesse ínterim, dos profissionais entrevistados 4 são mulheres e 1 é homem, ambos exibindo uma variedade significativa em termos de idade, função na política de assistência social do município e tempo de serviço. A profissional 1, é Assistente Social do PAIF, tem 29 anos, possui 4 anos de experiência na instituição. A profissional 2, com 39 anos, desempenhou duas funções, 2 anos de experiência como psicóloga no SCFV e aproximadamente 1 ano na recente PSE. O profissional 3, de 27 anos, é educador físico do SCFV, com 2 anos e 6 meses

⁴ A fim de preservar a identificação dos profissionais e respeitar o sigilo, não serão atribuídos nomes, nem mesmo números aos entrevistados e suas falas.

de experiência. A profissional 4, Assistente Social do Programa Criança Feliz, com 43 anos, possui 5 anos de experiência. Desses 4, todos possuem salário bruto de 2100 reais e carga horária de 30 horas semanais. Já a profissional 5, de 50 anos, atua como Secretária Municipal de Assistência Social, apresenta 3 anos de serviço, formação em Serviço Social, uma renda mensal de 4000 reais e uma carga horária de 40 horas semanais. No que diz respeito à forma de contratação, 2 foram contratadas a partir de processo seletivo, 2 a partir de contrato e 1 se trata de cargo de confiança.

A partir dessa caracterização profissional, buscou-se compreender, a organização da política de assistência social, a frequência com que os usuários residentes na área rural de Teixeira acessam a política, bem como os tipos de políticas mais acessadas por essa população. Assim, foi pedido primeiramente que descrevessem brevemente a organização e funcionamento da política de assistência social em Teixeira. Uma das entrevistadas descreveu que, hoje no CRAS funciona o serviço do PAIF, o SCFV e o setor do CadÚnico, funcionando também um curso de pintura e um curso de corte e costura. Já na Secretaria há o Programa Criança Feliz, que de acordo com os relatos, está parado, assim, não realiza acompanhamento familiar, apenas atendimento pontuais. “Não conseguimos ter essa frequência de visitas semanais, nem mesmo quinzenais, aí o Programa parece que ficou meio parado [...] e tá parado até hoje” (Informação verbal). Também foi relatado o seguinte:

Pelo que eu entendo, foi uma jogada da outra secretária para **aproveitar a profissional**. Porque o Criança Feliz não está vinculado ao CRAS. Se a gente for olhar em outras cidades, ele não necessariamente está dentro do CRAS, do CREAS ou da Secretaria. Ele está por fora. Isso foi uma jogada da outra secretária que eu sei que é, e **aproveitava a equipe**. Então, não sei se a gente pode considerar ele como um programa de assistência social (Informação verbal, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, foi falado da atual equipe do PSE, ainda em processo de consolidação, pois no momento conta apenas com a psicóloga. Foi alegado que o serviço não está legalizado por esse motivo, tendo que melhorar devido ao reaproveitamento da profissional que antes fazia parte do SCFV. A profissional ainda diz, “meio que fiz um buraco, né? Tirei a profissional do serviço de convivência e trouxe pra cá, ou seja, ainda estamos caminhando para legalizar o serviço, e melhorar o atendimento para a população” (Informação verbal). Lembrando que, de acordo com a NOB-RH/SUAS (2011), um CRAS de porte I deve possuir uma equipe de no mínimo 4 profissionais, sendo obrigatoriamente um profissional assistente social, um profissional preferencialmente da Psicologia e 2 podem ser do nível médio. Já a equipe do PSE, apesar de não haver especificações sobre uma equipe isolada, diz que um CREAS, serviço que atua diretamente com demandas da proteção social de média e alta

complexidade, deveria possuir coordenação, assistente social, psicólogo, advogado, auxiliar administrativo e 2 profissionais de nível superior ou médio, sugerindo uma interdisciplinaridade nas equipes de referência para além de uma única profissional.

No mais, ainda sobre a organização da política, das 5 respostas, só uma foi de acordo com a pergunta, sendo que 4 dos profissionais só souberam falar da organização do seu serviço. “Então, eu consigo falar melhor sobre o programa que eu atuo” (Informação verbal). Assim, sugerindo que não há um conhecimento sobre o funcionamento da política no município por completo, pois cada um cuida apenas do seu setor. Ainda foi relatado que, “**a equipe é muito separada**. Não tem aquele, ‘vamos juntar à equipe e vamos fazer um projeto’. **Você pergunta como funciona um grupo, você não tem nem resposta direito de como funciona**. Então, assim é bem complicado” (Informação verbal, grifo nosso). Outro relato diz:

Eu acho assim, é muito complicado. Porque cada um sabe de si, né? Mas, por exemplo, têm funcionários que são contratados, aí quer mostrar serviço. Não necessariamente quer trabalhar em equipe. Ou até aquele funcionário que tá de saco cheio, que também já não funciona e não vai fazer mais nada. Então, eu não julgo ninguém não, mas **está prejudicando o serviço**. Eu falo que a gente acha que todo mundo é dono da verdade. Todo mundo. E aí chega um momento que tem essas brigas e acaba não funcionando o serviço (Informação verbal, grifo nosso).

Além do mais, 4 das entrevistadas, antes de falar dos serviços em que atuam, ressaltaram a separação da Secretaria do CRAS como elemento positivo, destacando a ação enquanto avanço, inclusive para a melhora do relacionamento da equipe. “Depois que separou a Secretaria do CRAS, deu uma melhorada, porque a gente estava com uns probleminhas lá, com equipe, com relacionamento”. Uma das justificativas para a falta de união da equipe também foi atribuída a falta efetiva de coordenação. “O que estava faltando mesmo, era uma boa coordenação, porque parece que trocou a coordenação e parece que lá está tranquilo, [...] mudou a coordenação, parece que melhorou muito. Melhora o serviço” (Informação verbal).

Por conseguinte, foi perguntado como a política e os serviços em que atuam está organizado para atender a população rural, cujo todos alegaram não haver diferenciação entre as populações rurais e urbanas no atendimento. “A gente não tem nada assim específico para a zona rural. O que a gente oferece para a zona rural, se caso for uma família com alguma questão de um atendimento prioritário, a gente busca essa e retorna com ela” (Informação verbal). Também foi dito que se o usuário chega na instituição precisando, é atendido, pois os atendimentos vão de acordo com as demandas espontâneas.

Uma das profissionais ainda alega ter tratamento igualitário a todas as populações, sem distinguir entre áreas urbanas e rurais. Contudo, é impraticável alcançar uma verdadeira

igualdade nos serviços oferecidos, considerando a observação de Martins, Carlota e Beras (2014), que destaca as necessidades de atendimento distintas da população rural em comparação com as áreas urbanas, pois possuem demanda e necessidades diferentes. Assim, é crucial reconhecer a importância de uma abordagem diferenciada, levando em consideração as características específicas e as demandas particulares da população rural. Isso implica em um esforço mais assertivo na identificação e compreensão das necessidades territoriais, promovendo uma abordagem mais equitativa e eficiente na prestação de serviços de assistência social.

Sobre os grupos e projetos desenvolvidos pelos serviços, foi relatado que, apenas o SCFV está desenvolvendo o Projovem, que atende usuários de 6 a 18 anos, e o Reviver, destinado a usuários adultos, predominantemente com mais de 40 anos. No entanto, os grupos também não possuem adaptações para atender as zonas rurais do município, foi dito que:

A princípio, a gente não tem nenhuma diferenciação, a gente adiciona todas as pessoas no grupo específico, vamos supor, quem é para o grupo do Projovem, a gente adiciona no grupo do Projovem, quem é para o Reviver, a gente adiciona no grupo do Reviver. E aí a gente tem as nossas atividades aqui, **em alguns lugares mais centrais da cidade, a gente não atua em áreas mais periféricas, e são as pessoas que conseguem, que se deslocam até o serviço** (Informação verbal, grifo nosso).

Além disso, foi pontuado que para acionar os grupos é feito busca ativa, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, assim oferecem os programas, explicando seu funcionamento, e se há a possibilidade de ir até o CRAS para que os usuários participem. Contudo, quando perguntado como funciona a busca ativa, não houve uma resposta condizente, já que foi dito que há a saída quando há denúncia, assim sugerindo que não há um conhecimento sobre o que é e qual o propósito da busca ativa. “Assim, normalmente, **são situações que chegam até a gente**, a gente vai atrás, como a cidade é pequena, às vezes até através de um boato, ‘ah, tá acontecendo tal coisa’, a gente vai atrás” (Informação verbal, grifo nosso). Ainda sobre os serviços, programas e grupos ofertados, foi citado o curso corte e costura, e o curso de pintura, mas também não possui estratégia de inclusão para população rural. Uma das entrevistadas ainda pontua:

Se for fazer grupo, [...] eu acho que hoje o fundamental é a gente iniciar com o que a gente já tem. Das pessoas que tão vindo aqui, pra depois ir buscando e divulgando as atividades. E tem que ser atividade atrativa, mas eu acho que tem que ser atividades contínuas. Uma vez ou outra em locais e horários mais acessíveis justamente para atrair e ter mais participação das pessoas que residem no meio rural. Você conquista o seu público com coisas atrativas. Não adianta ficar só cobrando, cobrando, cobrando, cobrando deles. Então, assim, tem que ter alguma coisa que vai chamar a atenção deles para eles estarem vindo (Informação verbal).

No seguimento, foi perguntado se há ou já houve estudos sobre as demandas da população rural e 2 profissionais alegam não haver, “nenhuma busca ativa rural”, assim segue dando continuidade aos casos que já haviam sendo acompanhados, que em grande maioria, são de famílias urbanas. Em contrapartida, 3 dos entrevistados alegaram que sim, pois são realizadas as buscas ativas. No entanto, como já supracitado, as respostas sugerem não haver um conhecimento sobre o intuito da busca ativa, já que os 3 alegaram realizar busca ativa através de denúncias, não havendo horário e dia específico para essa atividade, assim só é realizada quando alguém os acionam. “Quando aparece uma demanda, a gente vai através de denúncia, pedidos de vizinhos próximos. A partir daí é realizada a busca ativa, as visitas, e essa família é acompanhada, até, por um bom tempo” (Informação verbal, grifo nosso).

Por isso, é importante destacar que, a busca ativa na assistência social é uma estratégia que visa superar a atuação pautada exclusivamente na demanda, identificando os indivíduos em situação de vulnerabilidade, para assegurar que recebam os serviços e benefícios de seu direito (Reis, 2019, *n.p.*). Assim, “busca alcançar aqueles que normalmente não acessam os serviços públicos, colocando-se à margem da rede de proteção por razões diversas, tais como desconhecimento dos seus direitos, habitação em áreas isoladas” entre outros (Camolesi; Teixeira, 2015, p. 12). Nesse sentido, essa prática é essencial para superar possíveis barreiras, especialmente em áreas rurais afastadas, onde o acesso pode ser mais desafiador.

Ademais, em relação a frequência de procura pela política de assistência social das famílias rurais, os profissionais relataram que há usuários frequentes, porém em menor quantidade em comparação com a população urbana. Uma das entrevistadas diz que em comparação, atendem mais famílias que vivem nas áreas urbanas e por mais que divulguem as atividades e os serviços, os usuários são sempre os mesmos. “A população rural é a que menos acessa, que menos procura. Mas a gente chega até eles, através do que eu falei, né? De alguma denúncia, de algum vizinho que vem, que fala que está precisando”. No entanto, conforme aponta Pasinato (2011), é imperativo que o CRAS atue como referência não apenas para os indivíduos que o procuram, mas também para toda a região. Não é suficiente apenas inserir os usuários na política, pois isso não garante acesso a serviços, programas e benefícios. É crucial que a inclusão na política seja moldada pela realidade e pelas reais demandas, já que o CRAS, como porta de entrada, deve facilitar o reconhecimento das situações que também levam à exclusão.

Outra diz que, até que tem bastante usuários da zona rural, pois o centro é pequeno, no entanto, a população urbana continua sendo mais contemplada. Ao tratar localização, duas entrevistadas ressaltam que as zonas rurais próximas são as que mais acessam, tendo em vista que para ela é raro ver pessoas de regiões mais distantes do centro. Esse fato pode ser verificado nos dados de Vasconcelos (2015) e Nunes (2018, p. 27), onde a distância também se mostrou fator limitante do acesso da população rural aos serviços oferecidos, essa última ainda diz, “não somente pela sua distância geográfica, mas, sobretudo, por estar distante na concepção enquanto um direito social para a população rural”.

Além disso, duas entrevistadas sugeriram que a baixa procura dos moradores rurais por serviços da assistência social se deve à sua forte integração com a comunidade, indicando que o acesso seria naturalmente menor devido à propriedade de terra e moradia própria, contudo, essa visão não foi condizente com a realidade dos usuários entrevistados. Essas afirmações podem indicar uma tendência à romantização da vida no meio rural, conforme destacado por Bagli (2006), a ruralidade não se limita apenas à perspectiva de atraso, mas também está vinculado a uma percepção de relação íntima entre o ser humano e a natureza. As mesmas profissionais ao falar sobre as características socioeconômicas predominantes das famílias rurais que atendem, alegam que a população rural é menos vulnerável. “Quem mora na área rural, parece que eles ficam satisfeitos com uma cesta básica por mês, eles não procuram outros serviços, não procuram fazer nada, na roça eles já têm mais coragem, mais ânimo de se organizar, não fica procurando tanto os benefícios”.

Batista (2015) complementa essa visão romantizada, explicando que, com o contínuo desenvolvimento das cidades, surgiu a expectativa de que a ruralidade seria gradualmente substituída pela urbanidade. No entanto, o crescimento desordenado das cidades, sem uma adequada organização para absorver uma grande atração populacional, resultou em um processo de idealização da vida rural como um lugar naturalmente tranquilo e cheio de belezas, contrastando com a visão das cidades associadas ao caos e aos problemas sociais. O autor resalta que essas idealizações reforçam a visão dicotômica entre rural e urbano, transformando o campo, que anteriormente era vinculado a aspectos negativos, em um espaço valorizado. No entanto, é importante notar que essa idealização ocorre de maneira homogênea, mais associada à crítica aos problemas urbanos do que ao reconhecimento das potencialidades rurais. Batista (2015) também destaca que há uma movimentação de negação e afirmação, onde o rural é valorizado pelas suas características rurais, mas negado por não possuir elementos urbanos. Isso contribui para a falta de complementaridade entre esses espaços, resultando em uma visão total de independência entre rural e urbano.

Dito isso, a resposta que mais se alinhou com as experiências relatadas pelos usuários entrevistados foi a afirmação que a maioria desses residentes são vulneráveis e que é bastante raro presenciar alguém da zona rural buscando os serviços. Além disso, ressalta que a maior parte possui baixa escolaridade, sendo predominantemente adultos com limitada habilidade de leitura e alfabetização. Ela destaca ainda, que para além das aposentadorias fornecidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), a cesta básica (Benefícios Eventuais) é a assistência mais demandada pela população rural que busca a política. Fato constatado na seção 4.2 desta monografia.

Em contrapartida, no momento das entrevistas, foi relatado que de todos os Benefícios Eventuais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio Alimentar e Cuidados Pessoais, Situação de Emergência e Calamidade Pública e Situações de Vulnerabilidades Temporárias), apenas a cesta básica (Auxílio Alimentar e Cuidados Pessoais) estava sendo ofertada e o restante estava paralisado. A entrevistada diz:

Pelo que eu entendi, não sei se é porque está faltando financeiro, dinheiro, ou se suspenderam um pouquinho por conta da eleição. Se vai segurar para liberar ano que vem, aí, não sei não. [...] Porque alguns dos benefícios são financiados pelo recursos da prefeitura. Uma parte era do Governo Federal e outra parte vinha da prefeitura, água e luz eu sei que era financiado pela prefeitura (Informação verbal).

Outra entrevistada traz uma análise sobre a oferta dos benefícios eventuais:

Os benefícios eventuais, a cesta básica, ele não é para ser entregue o ano inteiro, a vida toda. O usuário tem que ser conscientizado que é por um tempo para ajudar a sair daquele quadro. Porque, se assistência social é o ano inteiro, você trabalha para aquela família, aí já vira assistencialismo, e eles nunca vão sair daquele quadro e procurar um trabalho, acessar os cursos oferecidos pela assistência social. O ideal é que essas famílias que recebem os benefícios sejam as famílias que frequentam os cursos. Se isso não está acontecendo, aquela família está vivendo o assistencialismo. Acontece bastante, porque o usuário se acomoda recebendo aquele benefício (Informação verbal).

No entanto, apesar de no princípio a fala se demonstrar coerente, é necessário ressaltar que há contradição nessa percepção em torno de uma culpabilização do indivíduo. Haja vista que, a política de assistência social não está fornecendo cursos atrativos, nem mesmo inclusão da população rural nas campanhas e eventos realizados, pois como relatado, além de não haver diferenciação entre as populações, não há uma comunicação e divulgação efetiva nas áreas rurais do município. Por esse motivo, destaca-se a fala da entrevistada anterior à última, que expõem a necessidade de oferecer aos usuários atividades realmente atrativas e construtivas, além de acompanhamentos efetivos, pois hoje a instituição trabalha apenas com atendimentos.

A profissional ainda expressa preocupação e diz brigar muito para que os atendimentos não fiquem limitados aos benefícios eventuais, ela enfatiza a predominância na concessão de cestas básicas, a ausência de atividades de emancipação e a falta de organização institucional. Essa análise revela a complexidade das percepções acerca da população rural, sublinhando a relevância da informação, as disparidades nas características socioeconômicas e a necessidade premente de uma abordagem mais específica e organizada para atender às reais demandas desse segmento populacional.

Ainda sobre a satisfação da população rural com o serviço, uma profissional alega que seria uma satisfação mediana, já que a população rural é o público que menos acessa, assim sendo difícil de avaliar. Outrossim, 2 entrevistados levantam a hipótese de que há insatisfação devido à falta de informação, um deles comenta:

A gente pode pensar de duas formas. Primeiro, a parte em que eles estão satisfeitos em ganhar a cesta básica deles e voltarem pra lá. E, segundo, que eles, sabendo o que tem aqui e não tendo acesso, vão ficar insatisfeitos. Sabendo que tem atividades pra eles e que eles não estão acessando, não estão conseguindo participar dessas atividades, eles vão achar que não está sendo adequado isso, né? (Informação verbal).

Dado esta questão, se mostra necessário reafirmar a territorialização enquanto estratégia que permitiria uma análise mais detalhada das demandas locais e impulsionaria o alcance da assistência social a um número cada vez maior de pessoas que dela necessita, caso fosse realizada (PNAS, 2004).

Analogamente, outra entrevistada diz que sinceramente não sabe se a população rural está satisfeita, pois acredita que muitos usuários não conhecem a política, inclusive até mesmo alguns profissionais, ainda diz que, em Teixeira tem muito predominante a cultura do “dado”. “Em caso de cesta, as pessoas pedem para o vereador pedir uma ajuda. Isso é uma prática muito daqui. Eu vejo que o pessoal fica muito acostumado a só receber e não querem entender além disso” (Informação verbal). Segundo Sant’ana (2012), a população rural, em sua maioria, residentes em municípios de pequeno porte, com características notavelmente rurais, acessam a política de assistência social de maneira singular, pautado em um contexto transpassado por conflitos de classes, e pela questão agrária com forte influência patrimonialista e assistencialista, herdados da formação social brasileira que se conservam. No mais, foi relatado que todas as problemáticas da cidade ficam limitadas ao CRAS, havendo sobrecarga dos profissionais, “a política de assistência social de Teixeira é somente apagar fogo e os atendimentos não têm continuidade” (Informação verbal).

Em relação a percepção dos profissionais sobre as dificuldades de acesso da população rural, todos destacaram principalmente o transporte, posto que as rotas dos ônibus não abrangem todo território. Além das questões de transporte, 4 profissionais também pontuaram que a falta de informação pode ser uma barreira que dificulta o acesso à política de assistência social no município, uma delas diz, “porque às vezes eles nem sabem que tem aquele benefício e que ele pode procurar [...] Se ele não sabe, para que ele vai procurar? É para quem precisa. Ele precisa, ele tem direito, ele pode, mas ele não sabe”. Isso ressalta a importância da divulgação eficaz e do esclarecimento para garantir que os serviços alcancem verdadeiramente aqueles que deles necessitam, incluída na participação dos eventos e campanhas realizadas pela política no município, onde não há divulgação no rural. Em conjunto, foi perguntado sobre as dificuldades da política de assistência em atender a população rural, sendo relatado pelos entrevistados a falta de recursos humanos e materiais:

A gente tá com uma dificuldade, principalmente com o nosso motorista que está em processo de aposentadoria, mas carro tem, só que são dois carros e um motorista, e o motorista, tem que atender conselho, tem que atender secretaria, ele tem que atender CRAS e ainda empresta carro para a saúde. Então assim, às vezes é difícil. Tem época que dá tempo de passar dificuldade. A gente agora parece que tá tranquilo com relação ao carro, acredito que é fundamental a contratação de um motorista. Então, precisa de equipe, precisa do carro e precisa do motorista (Informação verbal).

Diante dos dados da pesquisa, é notável que o reaproveitamento de profissionais em várias áreas acaba por comprometer a eficácia dos serviços oferecidos pela política de assistência social de Teixeira. Exemplos concretos foram apresentados, como a ausência de uma equipe dedicada à PSE, que conta somente com a psicóloga e a equipe do SCFV, que normalmente requer dois profissionais, atualmente gerenciado por apenas um, com o apoio de um estagiário. Essa escassez de profissionais dificulta a circulação efetiva de informações do centro para as áreas rurais, além da dificuldade de locomoção, especialmente em regiões mais distantes, onde os profissionais evidenciam o agravamento durante os períodos de chuva, representando um desafio tanto para os usuários quanto para a equipe.

Por fim, foi pedido que os profissionais avaliassem o serviço da política de assistência social ofertado para população rural, emergindo uma clara percepção de todos entrevistados que há margem para melhorias substanciais. Na mesma direção, a percepção geral é de que o acesso aos programas, benefícios e serviços é muito limitado, mesmo considerando que a região rural seja mais extensa que o centro urbano, onde a principal barreira destacada continua sendo a distância, locomoção e recursos financeiros. Em síntese, a análise das respostas dos profissionais revela uma tendência marcante de focalização nas questões organizativas e operacionais, onde a falta de profissionais e recursos materiais aparecem como barreiras

significativas, resultando na concentração de esforços no centro urbano, que são resultado da precarização da política e do trabalho, não podendo haver simplesmente a culpabilização dos profissionais. Nunes (2018. p. 139) ressalta que,

[...] a precarização do trabalho e das políticas sociais atinge tanto usuários como os profissionais do SUAS. Nesse sentido, a precarização, mesmo sendo um fenômeno intrínseco à sociabilidade capitalista, também configura-se enquanto uma forma particular no processo de exploração do trabalho, que será intensificada sob a crise estrutural do capital [...]. Desse processo, intensifica-se a precarização do trabalho que, [...] se manifesta tanto na forma de precarização salarial - nas condições de trabalho, carreira, salários, jornada de trabalho - como também na precarização existencial - a partir da captura da subjetividade humana [...].

Ademais, Nunes (2018) em seus resultados destaca que a rotatividade dos profissionais impacta no atendimento, tendo em vista que a criação de vínculos entre usuários e profissionais precisa de um período de tempo mais longo. No entanto, os contratos temporários, baixos salários e condições de trabalho precárias, fazem com que haja uma alta rotatividade que acaba implicando no rompimento dos processos de trabalho com os usuários dos serviços prestados pela política de assistência social. Portanto, a autora destaca a importância de considerar a precarização como sendo um agravante direto no baixo acesso da população rural à assistência social. E embora esse processo não seja exclusivo das áreas rurais, em um contexto que historicamente carece de atendimento adequado às demandas sociais, a precarização da política de assistência social se torna ainda mais acentuada.

No entanto, ao longo das entrevistas, destaca-se também, a partir da análise das respostas dos profissionais, uma notável invisibilidade em relação às expressões da “questão social” específicas do meio rural. Pois, para além da precarização da política e do serviço no município, que torna o direito à assistência social para a população rural insuficiente, há somado a esse conjunto a (in)visibilidade do rural, que Nunes (2018) aponta como sendo um fenômeno pluridimensional, uma vez que a classe trabalhadora rural encontram-se na contínua relação entre invisibilidade e visibilidade, em processos dialeticamente simultâneos.

A unanimidade entre os 5 entrevistados foi a ênfase recorrente nas questões organizacionais e operacionais, enquanto a percepção sobre as demandas da realidade rural quase não foi abordada, mesmo para zonas rurais próximas do centro da cidade, do CRAS e da secretaria. Também não houve consenso em relação ao perfil dessa população, com respostas variando das mais vagas, como sendo uma população vulnerável, até respostas que expressam uma concepção contrária, de que são menos vulneráveis. Isso sugere a falta de trabalho em rede e em equipe, evidenciada na menção do relacionamento problemático entre os profissionais e a própria falta de comunicação entre os serviços oferecidos. Além disso, a ausência de

conhecimento mútuo entre os profissionais, a falta de menção a estudos sobre áreas rurais e a omissão quanto aos registros no controle dos atendimentos indicam não apenas a escassez de recursos humanos e materiais, mas também a própria invisibilidade do meio rural como demandante de políticas e programas específicos.

Kraemer (2013) diz que a invisibilidade da população rural frente a proteção social brasileira não contributiva acaba resultando em entraves, tanto na garantia quanto no acesso da população rural aos serviços e benefícios socioassistenciais na política de assistência social, assim a invisibilidade do rural permanece. Isso porque, segundo Nunes (2018, p. 143), “a realidade enfrentada pelos profissionais para garantir o direito à assistência social para a população rural é bastante árdua, não havendo muitas vezes a compreensão das demandas desse espaço na gestão da política de assistência”, o que é possível perceber a partir dos dados da pesquisa. Nesse contexto, a autora diz que ainda na atualidade a ruralidade é atingida pelo fenômeno de invisibilidade, que vem sendo construído desde a gênese do processo sócio histórico brasileiro ao não propor alternativas que garantam os direitos dessa população.

Dessa forma, é crucial ressaltar que as demandas organizacionais prevaleceram em detrimento de uma reflexão sobre os desafios enfrentados pela população rural e a necessidade de compreender suas reais demandas. Fica evidente que, frequentemente, as respostas foram desviadas para avaliações gerais sobre a eficiência do atendimento, negligenciando abordagens satisfatórias das demandas específicas das comunidades rurais. Ao ser questionada sobre a avaliação da proteção social para a população rural, uma das entrevistadas respondeu: “É como eu falei, aqui atendemos demanda de urgência. Não tem aquele trabalho bonitinho que a gente imagina espera, não temos equipe adequada, não tem os grupos ainda” (Informação verbal). A mesma entrevistada ainda mencionou que “a falta de profissionais é um problema urgente, [...] fazer visita, fazer relatório, fazer acompanhamento, é muita coisa. Mesmo atendendo apenas às demandas que chegam, às vezes, você não consegue dar atenção, é muito corrido” (Informação verbal).

Essa perspectiva predominantemente organizativa destaca a necessidade urgente de uma reflexão mais centrada nas especificidades do meio rural, promovendo estratégias adaptadas e eficazes para superar as barreiras geográficas e atender de maneira mais abrangente e equitativa às demandas da população rural de Teixeiras. Mesmo quando questionados sobre possibilidades e sugestões de melhorias, os profissionais tendiam a voltar às questões organizacionais. Uma delas sugeriu: “Às vezes [...] podemos organizar uma equipe que uma vez por mês atende nas áreas rurais, mas tudo isso vai depender da equipe” (Informação verbal). Outra profissional expressou:

Talvez se a gente fizesse um serviço volante, levasse uma equipe em determinadas zonas rurais do município, falasse um pouco do serviço, para eles ficarem conscientes dos serviços que tem no município de assistência social. Mas a gente acaba chegando sempre no mesmo problema, precisa de mais profissionais. **Eu não consigo parar um serviço aqui para desenvolver um trabalho em determinada área rural, infelizmente** (Informação verbal, grifo nosso).

Dessa forma, o que fica exposto é que apesar dos avanços legislativos, a assistência social, inclusive para a população rural, continua restrita, como enfatizado por Nunes e Scherer (2020), resultando na persistente “invisibilidade do rural”. Uma das profissionais ao corrigir, compartilha uma informação valiosa para o entendimento dessa invisibilidade:

Eu falei o tempo todo que acho que aqui na área urbana a demanda é maior, pode ser porque talvez eu não **consiga enxergar essa demanda lá [da zona rural]**. E as áreas são muito grandes. **Talvez eu não enxerguei ou porque, às vezes, fui pouco** e estava tudo bem. **E aqui [na cidade] eu vejo o tempo todo, e lá eu não vejo o tempo todo** (Informação verbal, grifo nosso).

Esta falta de sensibilidade ao olhar para o rural pode resultar em estratégias inadequadas e serviços pouco eficazes, apontando para a necessidade de uma abordagem mais empática e focada nas peculiaridades das comunidades rurais. No entanto, a equipe parece não ter um conhecimento aprofundado das nuances da política de assistência social, especialmente no que diz respeito às demandas específicas da população rural que atendem. A tendência de redirecionar as respostas para aspectos organizacionais e operacionais, em detrimento de uma análise reflexiva das complexidades enfrentadas nas áreas rurais, sugere uma possível desconexão entre a realidade vivida pela população rural e a percepção dos profissionais.

Essas contradições destacam a necessidade urgente de uma abordagem mais informada e sensível às particularidades do contexto rural, a fim de promover políticas e práticas de assistência social verdadeiramente eficazes e alinhadas com as necessidades da população rural de Teixeira. Por esse motivo, cabe aos profissionais fazerem uma reflexão, junto aos usuários, de que as condições dos serviços e de trabalho é fruto tanto da precarização das políticas sociais, quanto da (in)visibilidade do rural na materialização do SUAS (Nunes, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a elaboração deste estudo, um processo delineado por várias etapas, é imperativo realizar uma reflexão aprofundada sobre as informações apresentadas. Nesse contexto, busca-se sintetizar as reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, cujo objetivo foi analisar o acesso à política de assistência social pela população rural do município de Teixeira, MG, fundamentando-se no materialismo histórico dialético. Dessa forma, compreendendo a dialética e a totalidade dos fenômenos nas relações sociais da sociedade capitalista, onde o movimento de contradições é a gênese das expressões de desigualdades que configuram a “questão social”, torna-se possível tecer considerações, sem o intuito de esgotar a temática.

Primeiramente, verificou-se que, as raízes sócio históricas do Brasil, revelam as persistentes disparidades sociais que moldaram a ruralidade. No contexto da profunda desigualdade social, o meio rural foi moldado por fatores como a escravidão, concentração fundiária e obstáculos ao acesso à terra, perpetuando contradições no campo. O desenvolvimento, dependente e periférico, desequilibrado das zonas urbanas em detrimento das áreas rurais intensificou as expressões da “questão social”, marginalizando a população rural, sobretudo, negra. Historicamente à margem dos direitos sociais, a população rural resistiu e lutou por seus direitos, muitas vezes negligenciados pelas políticas sociais, que, predominantemente, eram pensadas para a classe trabalhadora urbana.

Essa dinâmica começou a se transformar com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implementação da Política Nacional de Assistência Social, representando uma mudança significativa ao prever equidade entre áreas urbanas e rurais. No entanto, observa-se uma lacuna significativa nas legislações atuais em relação ao acesso à assistência social para a população rural e urbana, carecendo de detalhamento sobre a efetiva concretização dessa igualdade de acesso, especialmente no que diz respeito ao meio rural, abordado de maneira pontual.

Assim, apesar da existência de regulamentações legais, a realidade demonstra que a política de assistência social não alcança todas as pessoas que dela necessitam, resultando frequentemente na exclusão, especialmente da população rural, frente ao sistema de proteção social, remontando as características coloniais e, conseqüentemente, a violação de seus direitos constitucionais. Essa constatação encontra respaldo em estudos realizados por autores como Kraemer (2006), Martins, Carlota e Beras (2014), Duarte (2015), Nunes e Scherer (2017; 2020), Cariaga, Burginski e Bezerra (2020) e Santos (2021).

Nessa direção, a pesquisa empírica buscou responder a seguinte questão: “Qual o alcance da Política de Assistência Social para as famílias que residem na zona rural de Teixeira-MG?”. Os dados coletados revelam uma política de assistência social marcada por fortes traços da gênese das políticas sociais, características clientelistas e paternalistas, afastando-se da perspectiva de direitos. Além disso, observa-se uma deficiência na territorialização, prevista nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim contribuindo para a persistente invisibilidade das questões rurais no âmbito da proteção social.

Concomitantemente, durante as entrevistas conduzidas com os cinco (5) profissionais encarregados da execução da política de assistência social no município e os seis (6) usuários residentes da zona rural, tornou-se evidente a persistente invisibilidade do meio rural pelos profissionais, bem como o limitado entendimento da política social por parte dos usuários. Essas percepções podem ser atribuídas à falta de comunicação entre ambas as partes, além do insuficiente alcance dos serviços em relação à população rural, resultando em sua significativa exclusão da rede de proteção social.

Observa-se ainda que, tanto o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quanto a Secretaria Municipal de Assistência Social, enfrentam o descaso estatal diante das condições precárias de trabalho. Ambos aparelhos socioassistenciais sofrem com a carência de recursos humanos e financeiros, comprometendo a eficácia na operacionalização da política, resultando em programas paralisados, como o Programa Criança Feliz.

Somado a isso, os profissionais não apresentaram um entendimento claro das necessidades específicas dessa população, muitas vezes direcionando as respostas de forma generalizada, sem considerar as particularidades rurais, assim trabalham apenas a partir de atendimentos pontuais, sem acompanhamento familiar. Contudo, precisamos compreender que a atuação profissional não pode ser reduzida a resolução de demandas imediatas e de respostas meramente instrumentais, pois, a interseccionalidade das expressões da “questão social” exige reflexão para além da sua imediaticidade (Guerra, 2008).

Os dados da pesquisa ainda destacam que a invisibilidade do rural impacta nas demandas dessa população e, conseqüentemente, acarreta na pouca efetivação de direitos, sendo essa a parcela da comunidade que menos acessa a política de assistência social no município. No entanto, é crucial ressaltar que para além da precarização do trabalho, a invisibilidade do rural acarreta no ocultamento das demandas desse segmento populacional, uma vez que, residindo em espaços de difícil acesso e distantes geograficamente, suas necessidades frequentemente não conseguem chegar até a política de assistência social. Concluindo que a

política de assistência social em Teixeira, MG, não está sendo acessada por aqueles que dela necessitam, mas sim por aqueles que podem buscá-la e tem conhecimento da política.

Outrossim, em relação aos usuários residentes da zona rural, todos enfrentavam condições de vulnerabilidade socioeconômica e demonstraram ter pouco conhecimento sobre os serviços, programas e políticas implementadas pela política de assistência social no município de Teixeira. Além disso, os resultados revelaram que o perfil socioeconômico de nossos entrevistados está em consonância com a historiografia que aborda o desenvolvimento da população rural brasileira, tendo em vista que a amostra consistiu em pessoas negras, com baixa escolaridade e renda, que vivenciam ou vivenciaram relações de trabalho informal.

Infelizmente, os relatos evidenciam que a concepção de direitos que delineia a política de assistência social ainda não foi assimilada pela maioria dos participantes da pesquisa. Observa-se a permanente estrutura histórica que tem impedido o pleno entendimento do ser cidadão de direitos, especialmente quando se está transpassando por vulnerabilidades. Em uma sociedade caracterizada por relações historicamente escravocrata, violenta e autoritária, a lógica das desigualdades persiste, dificultando a concretização de relações equitativas, mesmo quando estas estão legalmente estabelecidas. As percepções dos participantes destacam a disparidade entre a ordem legal e institucional, sendo a reprodução de desigualdades, discriminações e exclusões no complexo desmonte da proteção social.

Diante dessa realidade, evidenciaram-se três possibilidades explicativas para a falta de conhecimento a respeito da política de assistência social em Teixeira, MG: a baixa escolaridade dos usuários, limitando suas reflexões, bem como todo processo histórico de marginalização; a ausência de informações provenientes dos próprios equipamentos socioassistenciais; e o caráter assistencialista presente na lógica da política social em Teixeira, MG, que não parece haver um comprometimento em incluir adequadamente essa população na política de assistência social.

Conclui-se assim que, a Política de Assistência Social de Teixeira, MG, está condicionada à lógica e às demandas, sobretudo espontâneas, do meio urbano, não alcançando de forma eficiente e abrangente as famílias que residem nas áreas rurais mais distantes do centro da cidade. Frente a essas problemáticas, é fundamental ressaltar que o direito à assistência social, mesmo que de modo insuficiente, vem sendo uma importante política social na proteção social da população rural que é historicamente marginalizada, assim sendo necessário estratégias que a fortaleçam.

A reflexão sobre a visibilidade das demandas rurais no âmbito da política de assistência social deve reconhecer o papel do Estado na garantia dos direitos sociais. De maneira conjunta,

destaca-se a importância da articulação dos processos formativos entre os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os usuários que residem em áreas rurais, entendendo que o protagonismo desses sujeitos deve vir somado à conhecimento, indagações e busca pela ruptura de condições históricas postas. Os serviços oferecidos devem levar em consideração as especificidades dessas comunidades, consolidando os processos de trabalho dentro da política por meio da reflexão crítica com os usuários do SUAS sobre as condições da política de assistência social e a imprescindibilidade de assegurar proteção social.

Nesse ínterim, entende-se que qualquer esforço em prol da garantia do direito à assistência social deve estar fundamentado na preservação da democracia e na participação efetiva da população rural, de maneira que, este estudo contribua com insumos que possam aprimorar as políticas públicas, em especial, a Política de Assistência Social para a população rural. Por último, a fim de não esgotar o tema desta pesquisa, sugere-se conferir visibilidade às demandas das famílias no meio rural que necessitam da política de assistência social, destacando os desafios enfrentados pelos usuários residentes da zona rural, bem como os profissionais que a operacionalizam, visando subsidiar informações para melhorias.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil]. **Teixeiras, MG**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/316850#sec-renda>>. Acesso em: 1 nov. de 2023.

ALMEIDA, José Amilton de. **A Unidade Estrutural Entre Questão Agrária e “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2019. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2019/04/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL.-J.-AMILTON.-2019.pdf>>. Acesso em: 22 nov. de 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1.ed. São Paulo; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Cleonice Correia. **Usuários(as) da Política de Assistência Social: qual o “lugar” desses sujeitos?**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. **Anais[...]**. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/1012.pdf>> . Acesso em: 30 nov. 2023.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/998b19ac-64b3-46e8-94ac-b68c08286200>>. Acesso em: 30 nov. de 2023.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. REVISTA NERA, Ano 18, nº 29. jul./dez., 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3345>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/Ed. UnB, p. 19, 2009. Disponível em: <https://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Resultados Definitivos. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social** [1993]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Governo Federal, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/04/lei_organica_loas.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o novo Programa Bolsa Família, Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras.** 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Busca Ativa.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico-0/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento/busca-ativa>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **NOBS-RH/SUAS:** Anotada e Comentada, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria do MDS estabelece novas regras para inclusão de unipessoais no Bolsa Família.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/portaria-do-mds-estabelece-novas-regras-para-inclusao-de-unipessoais-no-bolsa-familia>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** (2005). *In:* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Promoção da igualdade racial no Sistema Único da Assistência Social.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/Informativo-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-IR-no-SUAS.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo:** uma discussão para além dos números. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 20, nº.40, set.-dez. 2017, p. 39-60. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4490>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CAMOLESI, Ada Bragion; TEIXEIRA, Elisângela. **A busca ativa no cotidiano dos assistentes sociais:** um estudo de caso a partir dos CRAS de um município de médio porte da região Baixa Mogiana–SP. UNIVERSITAS, Ano 8, nº 15, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/204/141>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARIAGA, Maria Helena; BURGINSKI, Micheli; BEZERRA, Lucas Wanderson Silva. **Questão agrária e seguridade social no Brasil:** apontamentos para o debate. *In:* Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social. 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33249>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Edson Ferreira. **Manual didático de direito agrário**. Curitiba: Juruá, Set. 2010.

CARRARO, Dilceane. **As categorias da política de assistência social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6626#preview-link0>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS, Brasília - DF, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CORREIA, Thayná. **O Trabalho Infantil Rural no Município de Rancho Queimado: sentidos e percepções das famílias agricultoras**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196516/Thayn%C3%A1%20Correia.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: COUTO, Berenice Rojas. *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, p. 32-65, 2010.

DUARTE, Kamilla Alves. **Serviço Social e Questão Agrária: Apontamentos acerca da Questão Social no Campo Brasileiro**. *Temporalis*. Brasília (DF), ano 15, nº 30, p. 307-333. jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/10995>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GESUAS. **GESUAS - Software para gestão integrada do sistema único de assistência social**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QywSrOqByic>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2008. Disponível em:

<<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio – 1963**. In: STEDILE, João Pedro (Orgs.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500- 1960**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-78, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano 2, nº 3, jan./jul, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social da Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/62585>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estado**. 2023. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/teixeiras.html>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado de Minas Gerais, Meso e Microrregiões do IBGE**. 2023. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listame_somicro.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região de produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/432/1/344975.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LOMBARDI, Fabiano. **Sociedade, Estado e Políticas Sociais: Algumas interpretações teóricas**. UNIOESTE. Revista de Educação: Educere et Educare. Vol. 5, nº 09, p. 21-48, jan/jun 2010. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/1131>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Questão agrária e serviço social: desafios no reconhecimento da matéria profissional no espaço rural**. In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Londrina-PR, Vol. 2. p. 1-15, 2019. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-232638-36436-2019-04-09.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARINO, Peterson Alexandre; BRITO, Ana Aparecida de. **A Assistência Social e Seus Usuários: uma análise dos beneficiários do cartão-alimentação em Maringá/PR**. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. 27., 2015, Florianópolis - CS. **Anais[...]**. Maringá/PR, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180731/Eixo_3_069.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

MARTINS, Paulo Roberto; CARLOTA, Andrea Fão; BERAS, Cesar André Luiz. **A Formação Sócio Histórica Brasileira e as Políticas Sociais no Meio Rural**. In: II SERFINF - Seminário Regional Políticas Públicas Intersetorialidade e Família: formação e intervenção profissional. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/anais/serpinf/2014/assets/20.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. Livro I, vol. 2. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O método da economia política**. In: FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Marx e Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MEDEIROS, Najara Sousa. **Uma Análise Sobre as Políticas Sociais do Brasil e a “Questão Social” na Contemporaneidade**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20., 2013, São Luís - MA. *Anais [...]*. Paraíba/PB, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo10-desafiosedimensoescontemporaneasdodesenvolvimentoepoliticaspUBLICAS/pdf/umaanalisesobreaspoliticassociaisdobrasileia_questaosocial_nacontemporaneidade.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 maio 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. Disponível em: <https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MIRALHA, Wagner. **Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. *Revista NERA, Presidente Prudente*, Ano 9, nº 8, p. 151-172, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOLJO, Carina Berta; PARREIRA, Janaina Aparecida; RAMOS, Tamara Duarte. **Os Usuários da Política de Assistência Social: um estudo a partir da realidade das classes subalternas**. *Libertas, Juiz de Fora*, v.19, n.1, p. 144-166, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27779>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MOURA, Clóvis. **Miscigenação e democracia racial: mito e realidade**. In: *Sociologia do negro brasileiro*. In: *Sociologia do Negro Brasileiro*. Editora Perspectiva SA, p. 89-130, 2019.

NASCIMENTO, Laice, da Costa. **A Proteção Social do Trabalhador Rural e a Dificuldade de Comprovação para Fins de Concessão de Benefícios Previdenciários**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Uninovafapi, Teresina - PI, 2019. Disponível em:

<https://assets.uninovafapi.edu.br/arquivos/old/arquivos_academicos/repositorio_Biblioteca/direito/20191/A%20PROTE%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20DO%20TRABALHADOR%20RURAL%20E%20A%20DIFICULDADE%20DE%20COMPROVA%C3%87%C3%83O%20PARA%20FINS%20DE%20CONCESS%C3%83O%20DE%20BENEFICIOS%20PREVIDENCIARIOS.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. nº 03, p. 41-49, Jan/ Jun. 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NUNES, Cíntia Florence. **Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. 2018. Disponível em:

<<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7837>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NUNES, Cíntia Florence; SCHERER, Giovane Antônio. **A Garantia do Direito À Assistência Social Para as Famílias Que Vivem no Meio Rural**. *In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180208>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NUNES, Cíntia Florence; SCHERER, Giovane Antônio. **Sementes Lançadas em Terras Distantes: A garantia do direito à assistência social para a população rural**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 19, nº 1, p. 1–15, mar. 2020. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/35333>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática**. *In: O Negro nos Espaços Publicitários Brasileiros: Perspectivas Contemporâneas em Diálogo*. São Paulo, p. 26-35, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco**. 12.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Marcelino Francisco de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Campo/cidade-rural/urbano: os equívocos na delimitação e na leitura**. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1123_1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PASINATO, Luiz Antônio. **Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. 2011. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/494/1/431177.pdf>>. Acesso em: 30 de nov. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RAMOS, Jair de Souza. **Dos males que vêm com o sangue**: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. *In: Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, p.59-82, 1996.

REIS, Kaiane. **O que é a Busca Ativa na Assistência Social?**. 2019. Disponível em: <<https://blog.gesuas.com.br/busca-ativa/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SAMPAIO, Rubiane Silva. **O correto preenchimento do Prontuário SUAS e sua importância para a materialização da Proteção Social**. 2022. Disponível em: <<https://blog.gesuas.com.br/importancia-do-correto-preenchimento-do-prontuario-suas-para-a-materializacao-da-protecao-social/>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriel Abrahão. **Serviço Social e questão agrária**: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. *Serviço Social em Revista*, v. 21, n. 1, p. 195, 2018.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Rachel Fernanda Matos dos. **Considerações importantes para a avaliação dos Equipamentos CRAS e CREAS nos municípios**. 2016.

SANTOS, Thalyane Carvalho. **CREAS CARDOSO MOREIRA/RJ: desafios da rede socioassistencial na proteção social especial do SUAS**. Campos dos Goytacazes - RJ, 2021.

SCHWARTZ, Roberto. Prefácio. *In: OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SERRA, Adriana Stankiewicz. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas - São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/981573>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. **O Rural e o Urbano: Quantas Questões!**. *Caminhos da Geografia, Uberlândia*, v. 12, n. 39, p. 181–197, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16471>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SOUSA, A. G.; OLIVEIRA, G.S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Funcamp**, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 2 out. 2023.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500- 1960. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/a-questao-agraria-no-brasil-vol-1-o-debate-tradicional-1500-1960/>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SOARES, Raí Vieira; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Estado e Política Social no Capitalismo Dependente**: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021. Disponível

em:<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/view/5730>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/b6ERnT>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

TEIXEIRAS (MG). **Lei Municipal nº 1074/2000**. Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências. Teixeira: Prefeitura Municipal de Teixeira, 2000. Disponível em:<<https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/atos-oficiais/leis-municipais/file/797-leis-municipais-de-1986-a-2002?start=220>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TEIXEIRAS (MG). **Lei Municipal nº 1075/2000**. Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências. Teixeira: Prefeitura Municipal de Teixeira, 1995. Disponível em:<<https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/atos-oficiais/leis-municipais/file/797-leis-municipais-de-1986-a-2002?start=220>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TEIXEIRAS (MG). **Lei Municipal nº 996/1996**. Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências. Teixeira: Prefeitura Municipal de Teixeira, 1996. Disponível em:<<https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/atos-oficiais/leis-municipais/file/797-leis-municipais-de-1986-a-2002?start=220>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TEIXEIRAS (MG). **Lei Municipal nº 971/1995**. Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências. Teixeira: Prefeitura Municipal de Teixeira, 1995. Disponível em:<<https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/atos-oficiais/leis-municipais/file/797-leis-municipais-de-1986-a-2002?start=220>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

VAHDAT, Vahíd Shaikhzadeh; FILHO, Pedro Gilberto Cavalcante. **Retratos da informalidade rural no Brasil: uma caracterização de tipologias da informalidade no setor agrícola**. In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Natal(RN) UFRN, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2022/479755-RETRATOS-DA-INFORMALIDADE-RURAL-NO-BRASIL--UMA-CARACTERIZACAO-DE-TIPOLOGIAS-DA-INFORMALIDADE-NO-SETOR-AGRICOLA/>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

VASCONCELOS, Rita de Katia Ottes. **O Acesso dos Moradores da Área Rural de Cascavel - PR aos Direitos Garantidos por Meio da Política Nacional de Assistência Social**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade ITECNE, Cascavel - PR, 2015. Disponível em: <https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/12022016_rita_de_katia_ottes_vasconcelos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

VERAS, Tainá da Silva; MACEDO, Julio Cesar Costa de; VIEIRA, João Pedro Nogueira; SILVA, Marcelo Gomes da. **As Desigualdades Sociais Enfrentadas na Zona Rural do Brasil**. IFTO - Tocantins, 2018. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/330962322_AS_DESIGUALDADES_SOCIAIS_ENFRENTADAS_NA_ZONA_RURAL_DO_BRASIL>. Acesso em: 24 set. 2023.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A Política de Assistência Social e a (Des)Proteção da População Rural de Teixeira, MG”. Nesta pesquisa pretendemos analisar o acesso à política de assistência social pela população considerada rural, do município de Teixeira-MG. O motivo que nos leva a estudar essa temática, deve-se ao pouco conhecimento sobre a realidade do meio rural do município, principalmente relacionados ao acesso das famílias rurais mais vulneráveis à política de assistência social. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: será realizada uma entrevista com duração aproximada de 20 minutos, na qual você irá responder perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em leves riscos emocionais, uma vez que, os participantes podem se sentir desconfortáveis com o conteúdo das perguntas. Caso isso ocorra, o entrevistado terá o direito de interromper a entrevista. A pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento na área de Ciências Sociais Aplicadas e poderá fornecer dados para um maior entendimento dos desafios enfrentados no acesso aos serviços socioassistenciais oferecidos pela política de assistência social no município, e potencialmente influenciar em melhorias na política e no atendimento às suas demandas.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao(à) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 2 anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “A Política de Assistência Social e a (Des)Proteção da População Rural de Teixeira, MG”, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Cristiane Natalício de Souza

Endereço: Rua Sebastião Ferreira da Silva Belvedere, número 70, Viçosa, Minas Gerais, CEP: 36570000

Telefone: (31) 9 9644-1639

Email: cristiane.souza@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31) 3612-2316

Email: cep@ufv.br

Teixeiras, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice B - Roteiro semiestruturado para entrevista com os usuários do CRAS residentes no meio rural de Teixeira-MG

1. Perfil socioeconômico das famílias residentes na zona rural de Teixeira, atendidas no CRAS deste município:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Raça/cor:
- 1.4. Tempo de residência na área rural de Teixeira-MG:
- 1.5. Membros que compõem a sua família:
- 1.6. Escolaridade dos membros:
- 1.7. Renda mensal do usuário:
- 1.8. Quantas pessoas da família contribuem com as despesas da casa?
- 1.9. Recebe alguma ajuda? Que tipo?

2. Frequência com que os usuários residentes na área rural de Teixeira acessam a política de assistência social e tipos de políticas mais acessadas por essa população:

- 2.1. Como você ficou sabendo do CRAS de Teixeira?
- 2.2. Você já acessou outro CRAS? Qual?
- 2.3. Quando e porque você acessou pela primeira vez o CRAS de Teixeira?
- 2.4. Com que frequência você acessa esse CRAS? Por quê?
- 2.5. Você conhece as políticas, os programas e os serviços ofertados pelo CRAS de Teixeira?
- 2.6. Quais políticas, programas ou serviços você considera mais relevantes para a população rural de Teixeira?
- 2.7. Você está acessando política, programa ou serviço ofertados pelo CRAS de Teixeira? Quais? Qual política, programa ou serviço você já acessou?

3. Percepção sobre o acesso da política de assistência social de Teixeira, por meio do CRAS deste no município:

- 3.1. Você enfrenta dificuldades para acessar esse CRAS? Quais?
- 3.2. Na sua opinião, a população rural enfrenta dificuldades para acessar esse CRAS? Quais?
- 3.3. Você enfrenta dificuldades para acessar as políticas, os programas e os serviços desse CRAS? Quais?
- 3.4. Na sua opinião, as políticas, os programas e os serviços oferecidos pelo CRAS são adequados às suas necessidades? Por quê?
- 3.5. Na sua opinião, as políticas, os programas e os serviços oferecidos pelo CRAS são adequados às necessidades da população rural de Teixeira? Por quê?
- 3.6. Você está satisfeito com o trabalho realizado no CRAS?
- 3.7. Você está satisfeito com as políticas, os programas e os serviços ofertados pelo CRAS de Teixeira? Por quê?

3.8. Como você avalia o papel do CRAS na proteção social da população rural?

3.9. Quais melhorias ou sugestões você tem para aprimorar a efetividade e o acesso às políticas, aos programas e aos serviços ofertados pelo CRAS?

Apêndice C - Roteiro Semiestruturado para Entrevista com os Profissionais da Política de Assistência Social de Teixeira-MG:

1. Perfil dos profissionais entrevistados:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Função/Cargo:
- 1.4. Tempo de trabalho:
- 1.5. Nível de escolaridade:
- 1.6. Renda mensal:

2. Organização da política de assistência social de Teixeira, bem como serviços, programas e projetos:

- 2.1. Descreva brevemente como a política de assistência social em Teixeira está organizada e como é o seu funcionamento.
- 2.2. Como a política está organizada para atender à população rural?
- 2.3. Quais são as políticas, os programas e os serviços oferecidos à população de Teixeira? Existem programas e serviços oferecidos apenas à população rural de Teixeira?
- 2.4. Há algum estudo para identificar as demandas do meio rural?
- 2.5. Quais as políticas de assistência social você considera mais relevantes para a população rural de Teixeira?

3. Frequência com que os usuários residentes na área rural de Teixeira acessam a política de assistência social e os serviços mais acessados por essa população:

- 3.1. Com que frequência as famílias rurais procuram a política de assistência social? Por quê?
- 3.2. Quais as políticas, os programas e os serviços ofertados os usuários mais acessam?
- 3.3. Os usuários da zona rural enfrentam dificuldades ao buscar assistência social? Quais?
- 3.4. Quais são os principais desafios que a política de assistência social de Teixeira tem enfrentado para oferecer políticas, programas e serviços à população rural e atender às suas necessidades?

4. Percepção dos profissionais sobre a população rural do município e seu acesso a política de assistência social:

- 4.1. Quais as características socioeconômicas predominantes das famílias residentes na zona rural de Teixeira?
- 4.2. Na sua opinião, o(a) usuário(a) residente na área rural está satisfeito com os serviços ofertados na assistência social de Teixeira? Por quê?
- 4.3. Na sua opinião, as políticas, os programas e os serviços atendem efetivamente às demandas da população rural de Teixeira?

4.4. Como você avalia o papel da política de assistência social de Teixeira na proteção social da população rural?

4.5. Como você avalia o acesso da população rural às políticas, aos programas e aos serviços oferecidos pela política de assistência social de Teixeira?

4.6. Quais melhorias ou sugestões você tem para aprimorar o acesso da população rural e a efetividade da política de assistência social de Teixeira?